



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 7 N. 4



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mor Scarparo

Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Diretor Adjunto: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 7, N. 4, dezembro 2025

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 7	n. 4	p. 1-32	dez. 2025
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximenes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2025	
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	8
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	11
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	15
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
2 O MERCADO FORMAL DE TRABALHO	18
2.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL, NO RS E NAS DEMAIS UFs	18
2.2 O DESEMPENHO SETORIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO GAÚCHO	22
2.3 A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO CRESCIMENTO DO EMPREGO GAÚCHO	25
2.4 OS POSTOS DE TRABALHO ADICIONAIS E O PERFIL DOS TRABALHADORES QUE OS OCUPAM	27
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
Box	30
DESOCUPAÇÃO DE LONGO PRAZO POR CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS NO RIO GRANDE DO SUL, NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2025	30
REFERÊNCIAS	32

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, elaborada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisa-se o desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do estado no terceiro trimestre de 2025. O acompanhamento do mercado de trabalho do RS é feito em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e com o do país. Com indicadores selecionados do mercado de trabalho, é também monitorada a evolução das posições relativas do RS ante as de todas as unidades da Federação (UFs) no terceiro trimestre de 2025.

De acordo com as evidências da seção 1 do Boletim, o comportamento predominante dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS, no terceiro trimestre de 2025, na margem, foi de estabilidade. Tal comportamento foi semelhante aos de SC e de SP, mas, em parte, distinto dos desempenhos do PR e do país, que se mostraram mais favoráveis. Assim, a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação e a taxa de desocupação, no terceiro trimestre de 2025, em comparação ao trimestre anterior, mantiveram-se estáveis no RS, em SC e em SP, enquanto, no PR, o nível de ocupação se elevou, e, no país, houve queda da taxa de desocupação.

No terceiro trimestre de 2025, na referência comparativa interanual, as evidências são de melhora de alguns indicadores do mercado de trabalho do RS, e esta esteve alinhada com a verificada em SC e no país: nos três recortes geográficos, ocorreram queda da taxa de desocupação e aumento do rendimento médio mensal real habitual dos ocupados, circunstância não replicada pelo PR — cuja taxa de desocupação ficou estável — e por SP — o rendimento médio mensal real habitual desse estado manteve-se estável.

Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2025, o RS, assim como SC, SP e o país, apresentou reduções relevantes em seus contingentes de desocupados. Tendo por base o desempenho interanual, a taxa de desocupação do RS, no terceiro trimestre de 2025, 4,1%, tornou-se o novo piso da sua série temporal, circunstância também verificada para o indicador no plano nacional, 5,6%. Ainda no âmbito da desocupação, o RS, de forma distinta dos demais estados da Região Sul, de São Paulo e do país, evidenciou aumento da incidência da desocupação de longo prazo. A esse respeito, a desocupação de longo prazo aumentou entre as mulheres, os adultos, os brancos e entre as pessoas mais escolarizadas. Tal comportamento da desocupação de longo prazo no estado precisará ser monitorado com atenção nos próximos trimestres, para que seja possível avaliar se esse indicador apresentou uma inflexão em sua trajetória recente, que até então era de queda.

Diante do desempenho de todas as unidades da Federação, na comparação do terceiro trimestre de 2024 com o terceiro trimestre de 2025, as evidências apresentadas na seção 1 são no sentido de que o RS perdeu posições relativas quanto à taxa de participação na força de trabalho e ao nível de ocupação, por um lado. Por outro, na mesma referência comparativa, manteve inalteradas as suas posições relativas no que diz respeito à taxa de informalidade, à taxa de desocupação e ao coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados.

Na **seção 2**, com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), enfoca-se o universo do emprego formal no Rio Grande do Sul, tomando-se como referência comparativa, inicialmente, os resultados do agregado do Brasil e das demais UFs. Entre outubro de 2024 e outubro deste ano — último dado disponível do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) —, o Brasil apurou aumento de 3,8% dos seus vínculos formais de emprego. O percentual no estado limitou-se a 2,1%, 25.º colocaçāo no ordenamento das 27 UFs. No acumulado de cinco anos a contar de outubro de 2020, o mercado formal gaúcho apresentou a menor expansão do país.

As análises dos desempenhos estadual e nacional a partir de séries com base móvel de 12 meses e em números-índice (em que as médias dos estoques de empregos nos 12 meses de 2020 são tomadas como base fixa) permitem captar, com nitidez, os efeitos do choque sobre o mercado de trabalho que representou o evento climático extremo de 2024. O desastre natural deprimiu claramente os resultados anualizados do segundo trimestre do ano passado, elevando, por outro lado, como efeito matemático, as variações do mesmo período de 2025, que tomam aquela conjuntura como ponto de comparação. Esse efeito já se dissipou em julho último: desde então, as variações em 12 meses do emprego formal gaúcho mantiveram tendência clara de desaceleração. Em números-índices, visualiza-se a virtual estagnação do volume de empregos formais no Rio Grande do Sul desde abril último.

Os 60,8 mil empregos adicionais que o mercado formal gaúcho gerou entre outubro do ano passado e outubro deste ano concentraram-se no setor serviços, que aportou 62,9% deles e alcançou variação de 3,1% de seu contingente. Os postos na indústria aumentaram 1,2%, o segundo resultado mais pálido, superior apenas ao da construção (0,6%), mas com implicações bem mais relevantes, uma vez que a indústria representava, em outubro último, 25,6% dos vínculos formais do estado, enquanto a construção se limitava a 4,9%. Na análise gráfica da série histórica, identifica-se que o emprego formal da indústria vem crescendo menos do que o dos outros dois grandes setores empregadores, serviços e comércio, desde o princípio de 2020, quando iniciou a produção do Novo Caged. Outra evidência é que os resultados anualizados desses três maiores grupamentos setoriais mostraram expansões decrescentes nos últimos quatro meses.

Os maiores volumes de empregos criados no estado, nos últimos 12 meses, ocorreram nas seguintes divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0): comércio varejista (8,8 mil), fabricação de produtos alimentícios (7,1 mil), serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas (6,5 mil), atividades de atenção à saúde humana (5,7 mil) e publicidade e pesquisa de mercado (3,8 mil). Retrações importantes atingiram sobretudo atividades industriais, a começar pela preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-4 mil). A seguir, fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias eliminou o segundo maior volume de vínculos formais (-2,5 mil). Seguiram-se obras de infraestrutura (-1,2 mil) e fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (-490).

As características dos trabalhadores incorporados ao mercado formal gaúcho evidenciam a continuidade de uma já duradoura superioridade das mulheres no acesso às vagas. Nos últimos 12 meses, elas representaram 62,2% do saldo, o que contribui para reverter a sua condição ainda (levemente) minoritária no mercado formal: ao final de 2023, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 52,6% dos vínculos formais de trabalho no estado tinham homens como titulares. Os trabalhadores muito jovens (menores de idade somados a indivíduos entre 18 e 24 anos) produziram um saldo (resultado da subtração entre os desligamentos e as admissões) 25% maior do que o total do mercado formal gaúcho. Das faixas a partir de 25 anos, três tiveram retração e duas produziram saldos proporcionalmente muito inferiores à representatividade delas na estrutura do emprego estadual. Quanto à escolaridade, é muito forte a concentração em trabalhadores com ensino médio completo e, secundariamente, médio incompleto.

Regionalmente, constata-se muita diversidade no território gaúcho. A porção norte do estado demonstrou, mais uma vez, um dinamismo positivamente diferenciado. Na divisão em Regiões Funcionais, o crescimento mais expressivo foi de 4,2% na Região Funcional 9 — nucleada por Erechim e Passo Fundo —, seguida pela Região Funcional 7, contígua, que abriga Santa Rosa, Ijuí e Santo Ângelo e cresceu 3,2%. O desempenho menos expressivo foi o crescimento de 0,9% na Região Funcional 8 — no centro do estado, abarcando Santa Maria, Cruz Alta e Cachoeira do Sul. Na regionalização em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), a dispersão dos resultados foi ainda mais acentuada, partindo de um mínimo de 0,6% de expansão (registrado em três Coredes) e chegando a 8,4% no Corede Nordeste.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2025¹

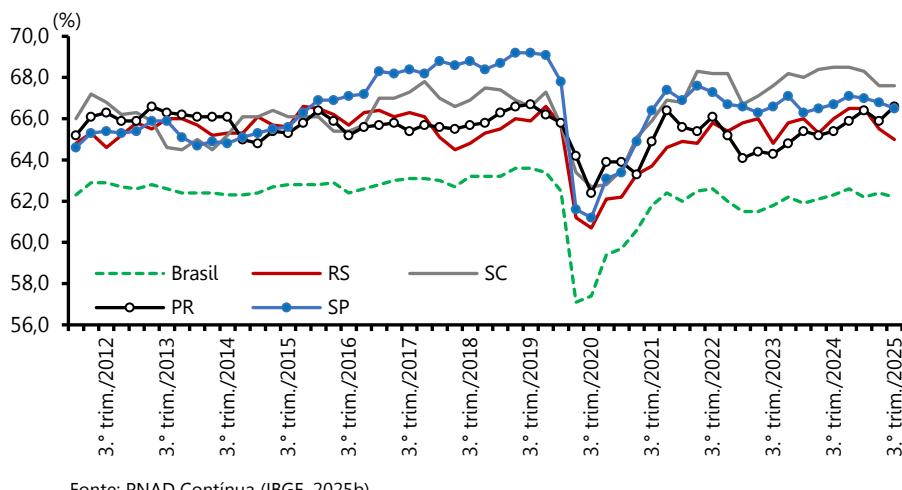
O Rio Grande do Sul evidenciou crescimento do contingente de ocupados no segundo trimestre de 2025, em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior (Boletim [...], 2025). Nessa referência comparativa, combinada com a estabilidade da força de trabalho, a taxa de desocupação retomou a sua trajetória de queda no estado, atingindo, no segundo trimestre de 2025, o menor nível de sua série temporal. No âmbito dos rendimentos do trabalho, no RS, tanto o rendimento médio mensal real habitual quanto a massa de rendimento mensal real habitual, no segundo trimestre de 2025, mantiveram-se estáveis.

Nesta seção, dá-se continuidade ao acompanhamento conjuntural de alguns dos principais indicadores do mercado do estado, com evidências do terceiro trimestre de 2025. A análise do desempenho do mercado de trabalho do RS é feita em perspectiva comparada com Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o país. Com indicadores selecionados, é também monitorada evolução da posição relativa do RS ante a de todas as unidades da Federação (UFs). Esta seção, elaborada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontra-se estruturada em cinco tópicos: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; rendimentos dos ocupados; e, por último, as considerações finais.

1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

Após sofrer uma queda acentuada no segundo trimestre de 2020, no pior momento da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)² do RS iniciou um processo de recuperação, o qual se estendeu até o terceiro trimestre de 2022; desde então, o indicador praticamente estabilizou-se. No terceiro trimestre de 2025, a TPFT manteve-se estável no RS (65%), tanto na comparação na margem quanto na interanual (**Gráfico 1**). O indicador, no terceiro trimestre de 2025, também ficou estável em SC (67,6%), em SP (66,5%) e no país (62,2%), enquanto, no PR, na referência comparativa interanual, registrou variação positiva, tendo passado de 65,4% para 66,6%. Deve-se destacar que, no RS, assim como em SP e no país, a TPFT do terceiro trimestre de 2025 ficou abaixo de uma referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19, o terceiro trimestre de 2019.

Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2025



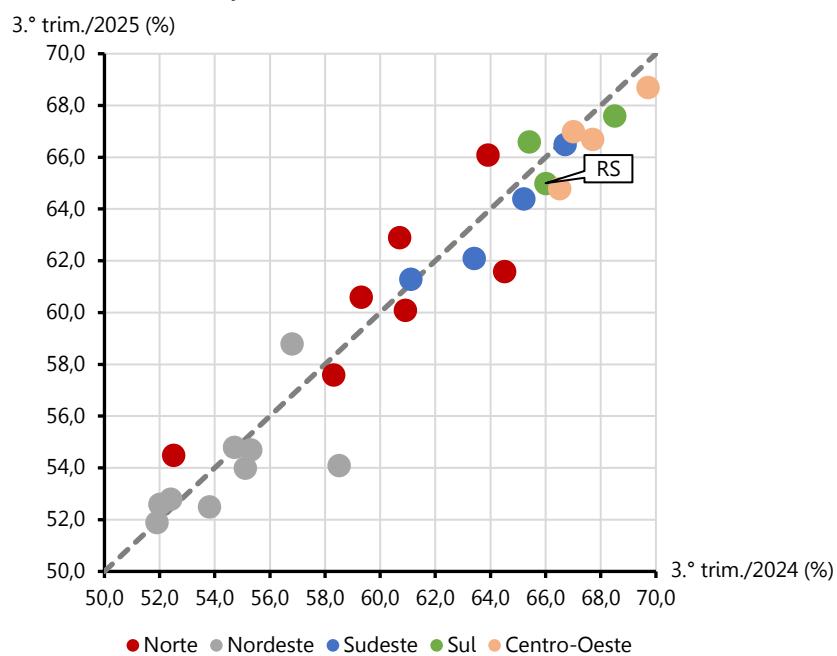
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

¹ Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 14 de novembro de 2025.

² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

No que diz respeito à evolução da posição relativa da TPFT do RS ante a de todas as UFs, na comparação do terceiro trimestre de 2024 com o de 2025, esta pode ser identificada por meio das evidências contidas no **Gráfico 2**. Nesse gráfico de dispersão, a TPFT do terceiro trimestre de 2024 está sendo medida no eixo horizontal, e a do terceiro de 2025, no eixo vertical. Assim, os pontos no Gráfico 2 contêm a TPFT de cada UF nesses dois trimestres. Quanto mais à direita estiver o ponto, maior será o nível do indicador no terceiro trimestre de 2024, e, quanto mais acima, maior será o seu nível no terceiro trimestre de 2025. Conforme se constata no Gráfico 2, o RS detinha a sétima maior TPFT no terceiro trimestre de 2024, uma vez que há seis pontos à sua direita, que representam SC, SP e as quatro UFs da Região Centro-Oeste. Já no terceiro trimestre de 2025, o estado passou a ter a oitava maior TPFT: há sete pontos acima de sua posição no gráfico de dispersão, os quais correspondem a SC, PR, SP, GO, DF e MT e TO.

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2024 e 3.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

O contingente de pessoas na força de trabalho (FT) manteve-se estável, no terceiro trimestre de 2025, no RS (6.081 mil pessoas), assim como em SC e em SP (**Tabela 1**). Nesse mesmo trimestre, na referência comparativa interanual, registraram-se variações positivas no PR (2,5%) e no país (0,5%). No caso do RS, o contingente de pessoas na FT do terceiro trimestre de 2025 foi praticamente o mesmo do terceiro trimestre de 2019, referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19, situação que não se verificou nos demais estados da Região Sul e no país, nos quais houve crescimento do número absoluto de pessoas na FT. Assim, no RS, esse comportamento da FT também contribuiu para a queda da desocupação no período recente.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %		
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	3.º Trim./2024	2.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2025
									2.º Trim./2025	3.º Trim./2024	
Brasil ...	105.771	96.267	104.483	106.708	106.087	107.912	108.569	108.478	-0,1	(1) 0,5	
RS	6.080	5.580	5.938	6.108	6.016	6.141	6.120	6.081	-0,6	-1,0	
SC	4.037	3.914	4.091	4.307	4.373	4.556	4.531	4.566	0,8	0,2	
PR	6.155	5.833	6.068	6.261	6.195	6.315	6.402	6.476	1,2	(1) 2,5	
SP	25.577	22.877	24.986	25.448	25.317	25.545	25.671	25.653	-0,1	0,4	

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

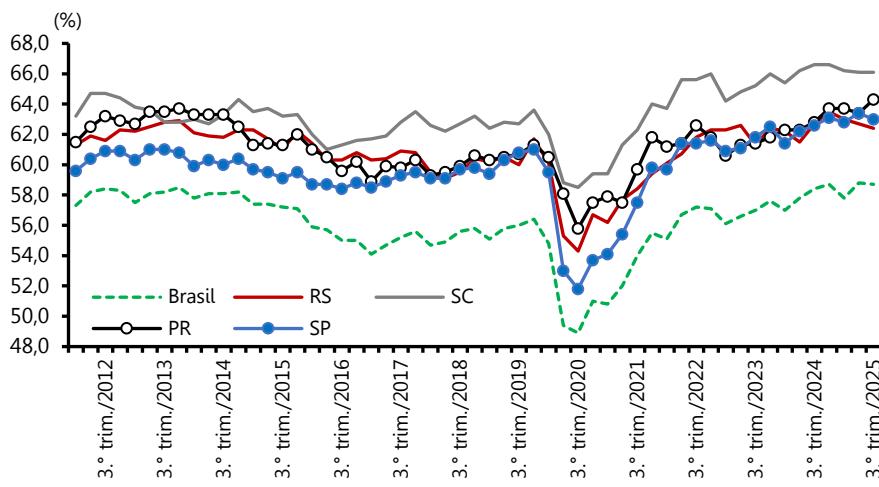
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

O nível de ocupação (NO)³ do RS atingiu o piso de sua série temporal no terceiro trimestre de 2020, apreendendo o impacto negativo da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho. Posteriormente, o indicador inseriu-se em uma trajetória de recuperação, ultrapassando, no terceiro trimestre de 2022, o seu patamar anterior à crise sanitária. No quarto trimestre de 2024, o NO do RS atingiu um novo pico em sua série temporal, 63,5%.

No terceiro trimestre de 2025, o NO do RS situou-se em 62,4%, permanecendo estável tanto na comparação com o trimestre anterior quanto na interanual (**Gráfico 3**). Nessas mesmas referências comparativas, também se manteve estável em SC (66,1%) e em SP (63%); no PR, na comparação interanual, elevou-se de 62,8% para 64,3% e, no país, de 58,4% para 58,7%.

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2025

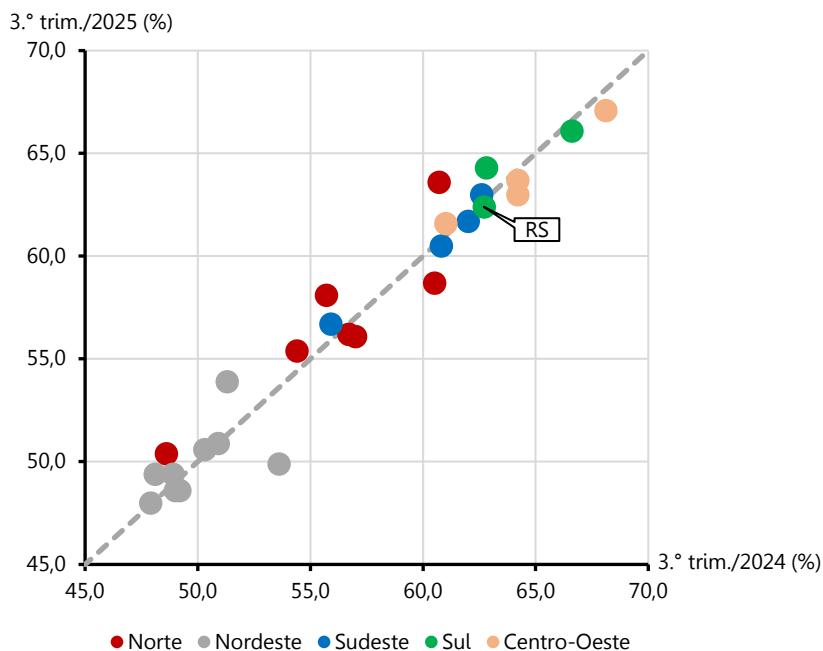


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

Pode-se conhecer a evolução da posição relativa do NO do RS em comparação com a de todas as UFs por meio do **Gráfico 4**, no qual consta o indicador no terceiro trimestre de 2024 — medido no eixo horizontal — e no terceiro trimestre de 2025 — medido no eixo vertical. De acordo com as evidências do Gráfico 4, o RS possuía, no terceiro trimestre de 2024, o sexto maior NO entre as UFs, dado que há cinco pontos à direita de sua posição, os quais representam os outros dois estados da Região Sul e os três da Região Centro-Oeste. No terceiro trimestre de 2025, o RS havia passado a deter o oitavo maior NO, uma vez que se identificam sete pontos acima de sua localização no Gráfico 4, que correspondem a SC, PR, SP, GO, MS, MT e TO.

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalhar, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

Gráfico 4 - Nível de ocupação, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2024 e 3.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

No que se refere ao contingente de ocupados no terceiro trimestre de 2025, este era de 5.834 mil pessoas no RS, configurando uma situação de estabilidade na comparação na margem e na interanual (Tabela 2). Em ambas as referências comparativas, o número absoluto de ocupados também se manteve estável em SC e em SP. Na comparação interanual, registrou crescimento de 3% no PR e de 1,4% no país.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %		
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	3.º Trim./2024	3.º Trim./2025	2.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2024
									2.º Trim./2025	3.º Trim./2025	
Brasil ...	93.191	81.954	91.265	97.435	97.938	101.058	102.316	102.433	0,1	(1)1,4	
RS	5.537	4.994	5.441	5.741	5.693	5.830	5.854	5.834	-0,3	0,1	
SC	3.802	3.652	3.873	4.143	4.216	4.428	4.429	4.459	0,7	0,7	
PR	5.598	5.220	5.584	5.931	5.908	6.063	6.158	6.248	(1) 1,5	(1)3,0	
SP	22.466	19.343	21.631	23.243	23.501	23.999	24.353	24.316	-0,2	1,3	

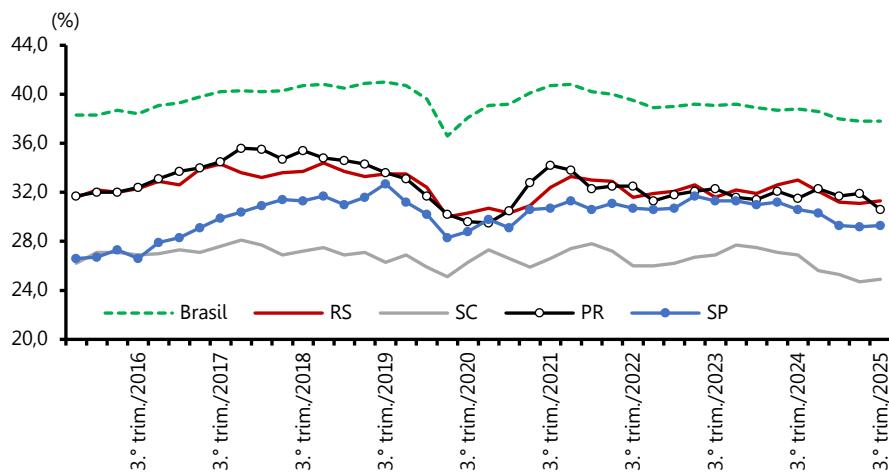
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

Quanto à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade (TI)⁴, no terceiro trimestre de 2025, em relação ao trimestre anterior, permaneceu estável no RS (31,3%), em SC (24,9%), em SP (29,3%) e no país (37,8%), enquanto, no PR, evidenciou redução (de 31,9% para 30,6%) — Gráfico 5. Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2025, o indicador registrou queda no RS (- 1,7 ponto percentual (p.p.)), em SC (- 2 p.p.), em SP (- 1,3 p.p.) e no país (- 1 p.p.); no PR, manteve-se estável. Assinale-se que a TI, no terceiro trimestre de 2025, no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no país, encontrava-se em nível inferior ao do mesmo trimestre de 2019, uma referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19.

⁴ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2025b). A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-3.º trim./2025

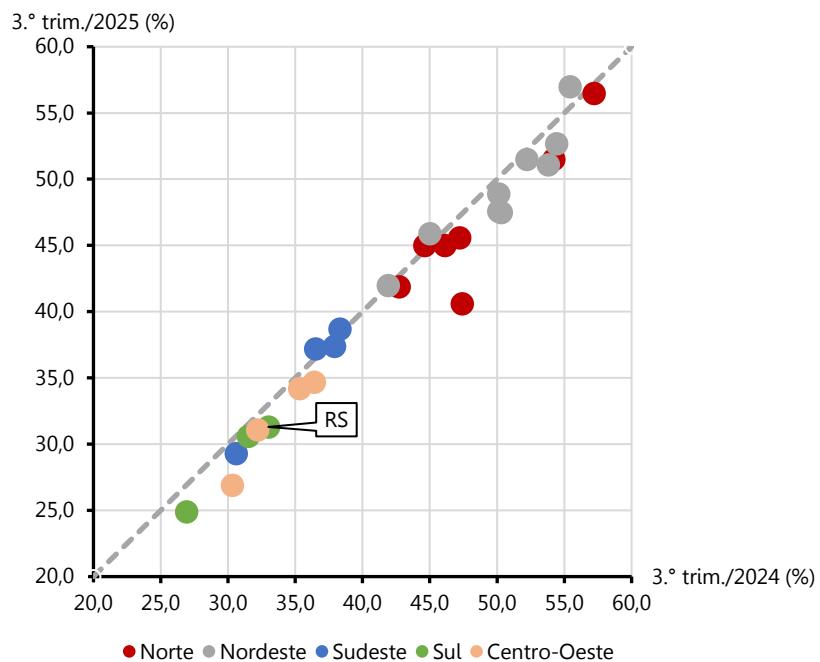


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

A respeito da evolução da posição relativa do nível da TI do RS em comparação a todas as UFs, esta pode ser observada no **Gráfico 6**, o qual apresenta esse indicador no terceiro trimestre de 2024 e no de 2025. Nesses dois trimestres, o RS manteve a sexta menor TI, pois existem, no gráfico de dispersão, cinco pontos à esquerda e abaixo da sua posição, que correspondem a SC, PR, SP, MS e DF.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2024 e 3.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

No terceiro trimestre de 2025, o número absoluto de ocupados informais permaneceu estável no RS, na margem, em 1.829 mil pessoas (**Tabela 3**). Nessa base comparativa, também se manteve estável em SC, no PR, em SP e no país. Na referência comparativa interanual, registrou queda no RS (-4,9%, menos 95 mil ocupados informais) e em SC (-6,7%), enquanto, no PR, em SP e no país, ficou estável.

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %		
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	3.º Trim./2024	2.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2025	2.º Trim./2025	3.º Trim./2024	
Brasil ...	38.225	31.207	37.107	38.499	38.339	39.240	38.718	38.748	0,1	-1,3		
RS	1.852	1.515	1.761	1.815	1.801	1.924	1.821	1.829	0,4	(1) -4,9		
SC	999	962	1.032	1.076	1.135	1.191	1.096	1.111	1,3	(1) -6,7		
PR	1.881	1.545	1.907	1.925	1.906	1.912	1.967	1.912	-2,8	0,0		
SP	7.348	5.579	6.644	7.133	7.364	7.352	7.109	7.130	0,3	-3,0		

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

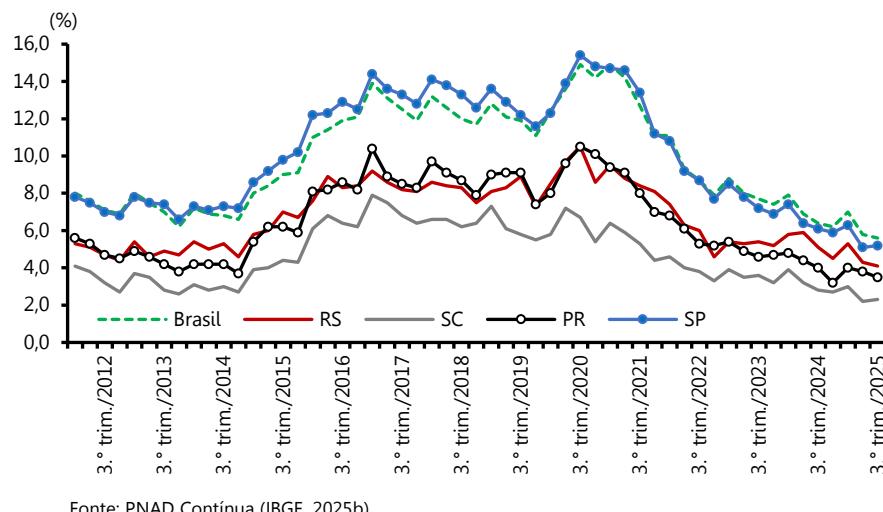
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A taxa de desocupação (TD) no RS atingiu o pico de sua série temporal no terceiro trimestre de 2020, 10,5%, no contexto dos impactos negativos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho. A partir do segundo trimestre de 2021, em um ambiente de recuperação da atividade econômica, o indicador ingressou em processo de queda, que se estendeu até o quarto trimestre de 2023, quando se situou em 5,2%. Em 2024, não obstante a calamidade climática ocorrida no estado em maio, a TD pouco se deteriorou em relação ao ano anterior.

No terceiro trimestre de 2025, na margem, a TD manteve-se estável no RS (4,1%), assim como em SC (2,3%), no PR (3,5%) e em SP (5,2%), enquanto, no país, evidenciou queda (de 5,8% para 5,6%) — **Gráfico 7**. Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2025, o indicador registrou queda no RS (- 1 p.p.), em SC (- 0,5 p.p.), em SP (- 0,9 p.p.) e no âmbito nacional (- 0,8 p.p.); no PR, permaneceu estável. Tendo por base o desempenho interanual do indicador, a TD do RS, no terceiro trimestre de 2025, tornou-se o novo piso da sua série temporal da PNAD Contínua, circunstância também verificada para o indicador no plano nacional⁵.

Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2025

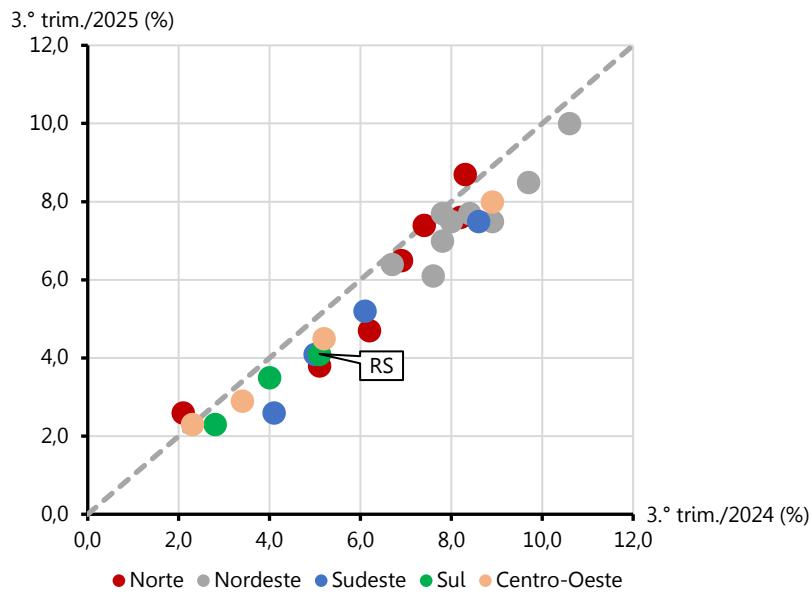


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

No que diz respeito à evolução da posição relativa do nível da TD do RS em comparação ao de todas as UFs, esta pode ser conhecida por meio do **Gráfico 8**, no qual consta o indicador no terceiro trimestre de 2024 e no de 2025. Nesse sentido, o RS possuía a oitava menor TD entre as UFs no terceiro trimestre de 2024, na medida em que se identificam sete pontos à sua esquerda no gráfico de dispersão, os quais representam SC, PR, ES, MG, MT, MS e RO. No terceiro trimestre de 2025, o estado manteve a oitava menor TD, uma vez que há sete pontos que se encontram abaixo de sua posição no Gráfico 8, que correspondem a SC, PR, ES, MT, MS, RO e TO.

⁵ Para o país, está-se fazendo referência à série temporal da PNAD Contínua dos trimestres encerrados em março, junho, setembro e dezembro.

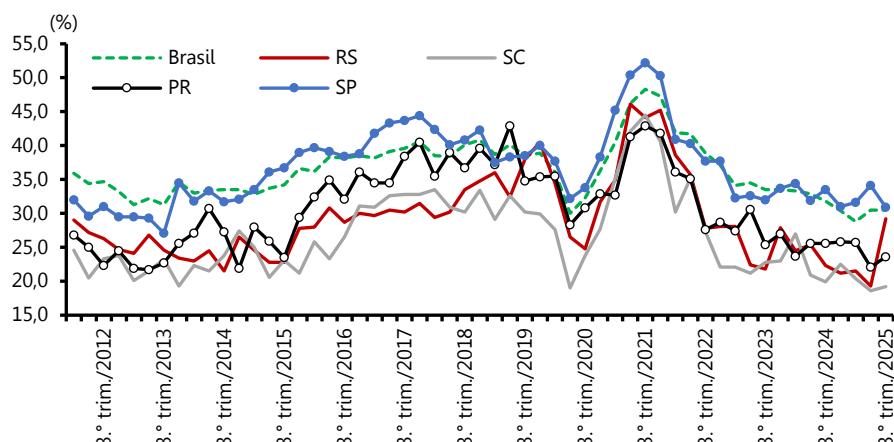
Gráfico 8 - Taxa de desocupação, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2024 e 3.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

Também no âmbito da desocupação, a Incidência da Desocupação de Longo Prazo (IDLP)⁶ havia atingido, no RS, um novo piso em sua série temporal no segundo trimestre de 2025, 19,3%. Para propósitos de comparação, o indicador chegou a se situar, no estado, em 44,1% no terceiro trimestre de 2021. No terceiro trimestre de 2025, a IDLP no RS elevou-se de forma acentuada, para 29,2%, ficando 6,9 p.p. acima de seu nível no mesmo trimestre de 2024 (Gráfico 9)⁷. Essa forte elevação da IDLP no RS foi provocada, principalmente, pela parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a dois anos, que passou de 14,3% no terceiro trimestre de 2024 para 20,2% no de 2025. Na mesma referência comparativa, em sentido oposto, o comportamento da IDLP foi de queda no PR (de 25,6% para 23,6%), em SP (de 33,5% para 30,9%) e no país (de 31,8% para 30,5%); em SC, ficou praticamente estável (passou de 19,9% para 19,2%).

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025a, 2025b).

Nota: 1. Elaborado com os dados da PNAD Contínua.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

⁶ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **IDLP** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

⁷ Sobre a desocupação de longo prazo no RS no terceiro trimestre de 2025, ver também o **Box**.

O contingente de desocupados no RS foi de 248 mil pessoas no terceiro trimestre de 2025, permanecendo estável em relação ao trimestre anterior (**Tabela 4**). O indicador, na mesma referência comparativa, também se manteve estável nos demais estados da Região Sul e em SP, ao passo que, no país, evidenciou queda (- 3,3%). Ao se cotejar o contingente de desocupados do terceiro trimestre de 2025 com o de 2024, constata-se redução no RS (- 20,3%, menos 63 mil desocupados), em SC (- 16,5%), em SP (-13,5%) e no país (- 11,8%); no PR, o indicador mostrou-se estável.

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

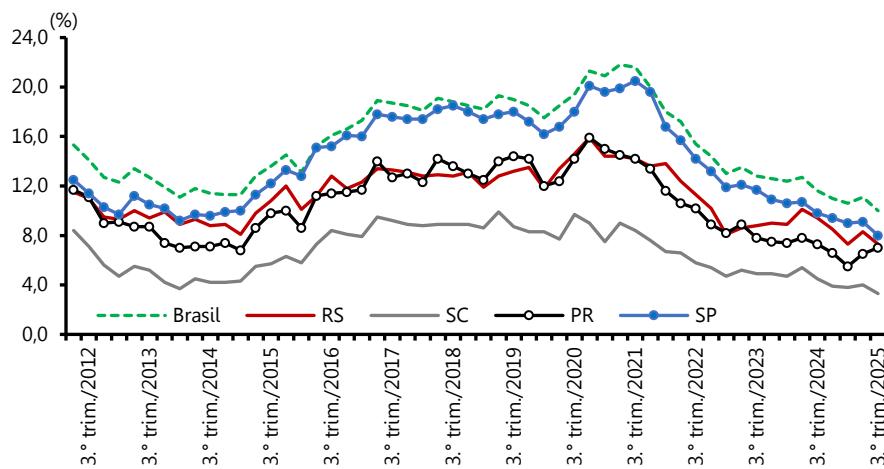
DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %		
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	3.º Trim./2024	2.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2024
	2.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2024								
Brasil ...	12.581	14.313	13.218	9.273	8.150	6.854	6.253	6.045	(1)-3,3	(1)-11,8	
RS	543	586	498	367	323	311	266	248	-6,8	(1)-20,3	
SC	236	262	218	164	157	128	101	107	5,3	(1)-16,5	
PR	557	613	485	330	288	252	244	229	-6,3	-9,3	
SP	3.111	3.534	3.355	2.205	1.816	1.546	1.319	1.337	1,4	(1)-13,5	

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

Outro indicador de subutilização da FT, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)⁸, havia atingido o pico de sua série temporal no RS no terceiro trimestre de 2020, 15,9%, no momento mais crítico da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho. Posteriormente, a TCDS inseriu-se em uma trajetória de queda no estado, que ocorreu até o quarto trimestre de 2022 e, após uma interrupção, foi retomada nos dois últimos trimestres de 2024. No terceiro trimestre de 2025, na margem, o indicador manteve-se estável no RS (6,7%), em SC (3,3%) e em SP (8%); no PR, evidenciou queda (de 7% para 6,1%), assim como no país (de 11% para 9,8%) — **Gráfico 10**. Na comparação interanual, no terceiro trimestre de 2025, verifica-se redução da TCDS no RS (-1,8 p.p.), em SC (-0,6 p.p.), em SP (-1,4 p.p.) e no plano nacional (-1,2 p.p.); no PR, o indicador permaneceu estável. Deve-se assinalar que, no RS e no país, a TCDS do terceiro trimestre de 2025 passou a ser o novo piso mínimo das suas respectivas séries temporais.

Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

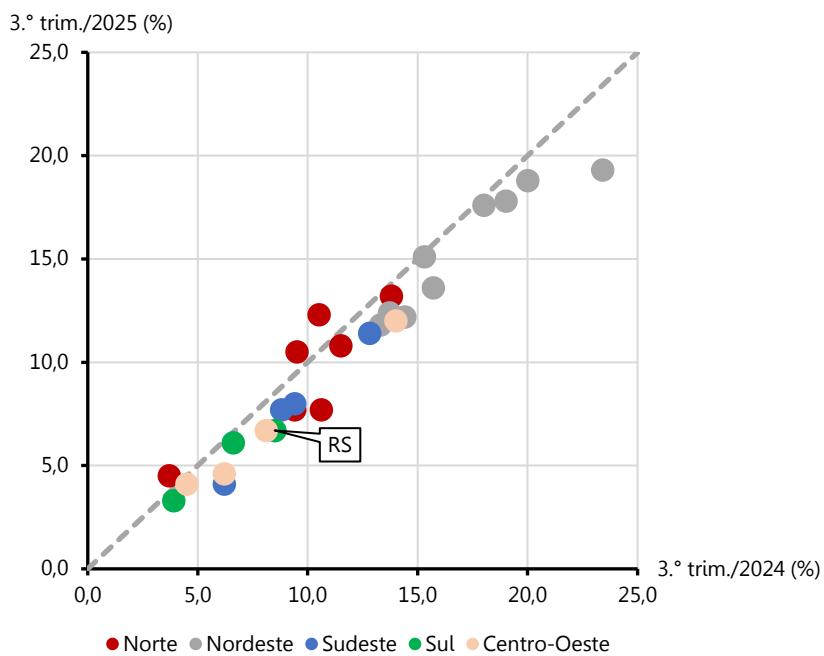
⁸ A **TCDS** é assim obtida (OIT, 2013):

TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas)/Força de Trabalho] x 100.

São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

Quanto à evolução da posição relativa da TCDS do RS em relação a todas as UFs, esta pode ser conhecida por meio do **Gráfico 11**, o qual contém o indicador no terceiro trimestre de 2024 e no de 2025. Nesse sentido, no terceiro trimestre de 2024, o RS tinha a oitava menor TCDS, uma vez que existem sete pontos à sua esquerda no gráfico de dispersão, que representam SC, PR, ES, os três estados da Região Centro-Oeste e RO. Já no terceiro trimestre de 2025, o estado havia avançado para a sétima menor TCDS: conforme se constata no Gráfico 11, seis pontos situam-se abaixo de sua posição, que correspondem a SC, PR, ES, MS, MT e RO.

Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2024 e 3.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

O contingente de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no terceiro trimestre de 2025, em relação ao trimestre anterior, manteve-se estável no RS (406 mil pessoas), assim como em SC e em SP, enquanto, no PR e no país, evidenciou queda (de -12,1% e -2,5% respectivamente) — **Tabela 5**. Na comparação interanual, no terceiro trimestre de 2025, esse contingente de pessoas subutilizadas registrou uma forte redução no RS (-22,3%, menos 117 mil pessoas), e, com menor intensidade, em SC (-15,7%), em SP (-14%) e no país (-11%); no PR, ficou estável.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	3.º Trim./2024	2.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2025
									2.º Trim./2025	3.º Trim./2024
Brasil ...	19.572	20.489	20.857	15.361	13.379	11.886	10.856	10.580	(1) -2,5	(1)-11,0
RS	823	888	807	625	541	523	447	406	-9,2	(1)-22,3
SC	336	354	310	233	216	179	149	151	1,9	(1)-15,7
PR	876	929	814	558	465	414	450	396	(1)-12,1	-4,4
SP	4.404	4.607	4.890	3.357	2.763	2.397	2.050	2.063	0,6	(1)-14,0

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

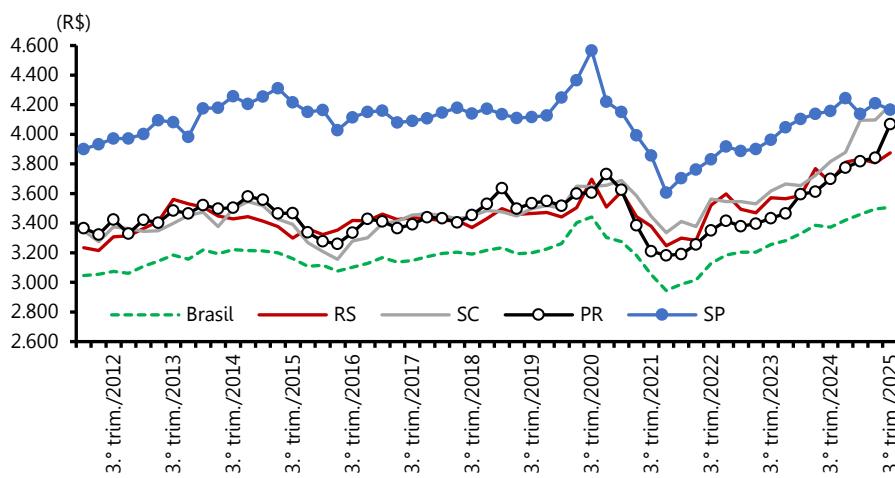
(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

O rendimento médio mensal real habitual dos ocupados evidenciou um processo de redução em 2021, o qual foi provocado tanto por uma mudança na composição da força de trabalho ocupada, uma vez que os segmentos de menores rendimentos aumentaram a sua parcela relativa na estrutura ocupacional, quanto pela elevação da inflação, que, naquele ano, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 10,06%, contra 4,52% em 2020. Posteriormente, com o aumento na demanda de trabalho, o arrefecimento parcial da inflação e o êxito das negociações salariais de diferentes categorias, o rendimento médio mensal real ingressou em uma trajetória de variações positivas.

No terceiro trimestre de 2025, na margem, o rendimento médio mensal real habitual manteve-se estável no RS (R\$ 3.875), em SP (R\$ 4.167) e no país (R\$ 3.507) — **Gráfico 12**. Na mesma referência comparativa, registraram-se variações positivas em SC (5,9%, passando de R\$ R\$ 4.097 para R\$ 4.199) e no PR (2,5%, passando de R\$ 3.843 para R\$ 4.069). Na comparação interanual, no terceiro trimestre de 2025, o rendimento médio mensal real habitual elevou-se no RS (5,4%), assim como em SC (10,1%), no PR (10%) e no país (4%); em SP, ficou estável.

Gráfico 12 - Rendimento médio mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

Nota: 1. Rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

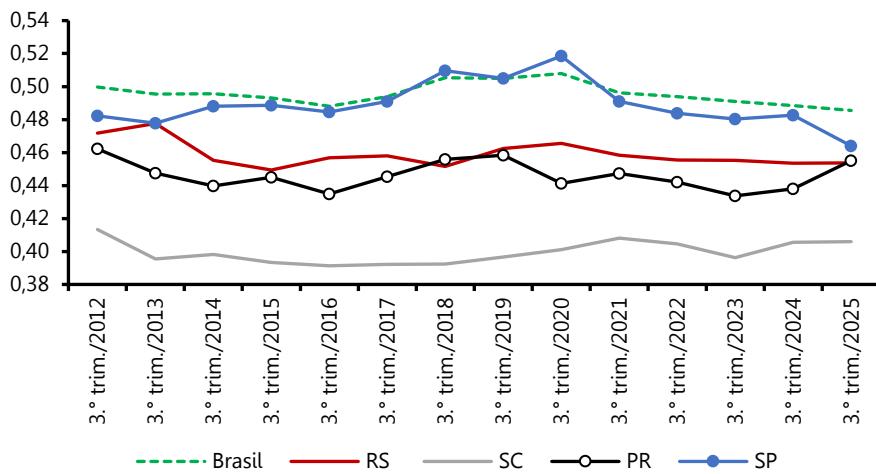
2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 3.º trim./2025.

No que se refere à desigualdade de rendimentos dos ocupados, no terceiro trimestre de 2025, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o coeficiente de Gini⁹ do rendimento mensal real habitual manteve-se estável no RS (0,4537) e em SC (0,4060), elevou-se no PR (de 0,4379 para 0,4550), e evidenciou queda em SP (de 0,4826 para 0,4640) e no âmbito nacional (de 0,4885 para 0,4855) — **Gráfico 13**¹⁰. Quando se coteja esse indicador no terceiro trimestre de 2025 com o do terceiro trimestre de 2019 — uma referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19 —, constata-se que RS, PR, SP e o país registraram, no passo recente, menores níveis de desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho.

⁹ O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que tem como limite inferior zero, que corresponde à perfeita igualdade da variável sob estudo, e como limite superior um, que corresponde à máxima desigualdade. A respeito dessa medida de desigualdade, ver Hoffmann, Botassio e Jesus (2019, capítulo 3).

¹⁰ O coeficiente de Gini foi computado com o Software R (versão 4.5.2) e os pacotes PNADclBGE (versão 0.7.5), *survey* (versão 4.4.2) e *convey* (versão 1.0.1). A respeito desses pacotes, ver Braga, Assunção e Hidalgo (2024), Lumley (2024) e Pessoa, Damico e Jacob (2024).

Gráfico 13 - Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados



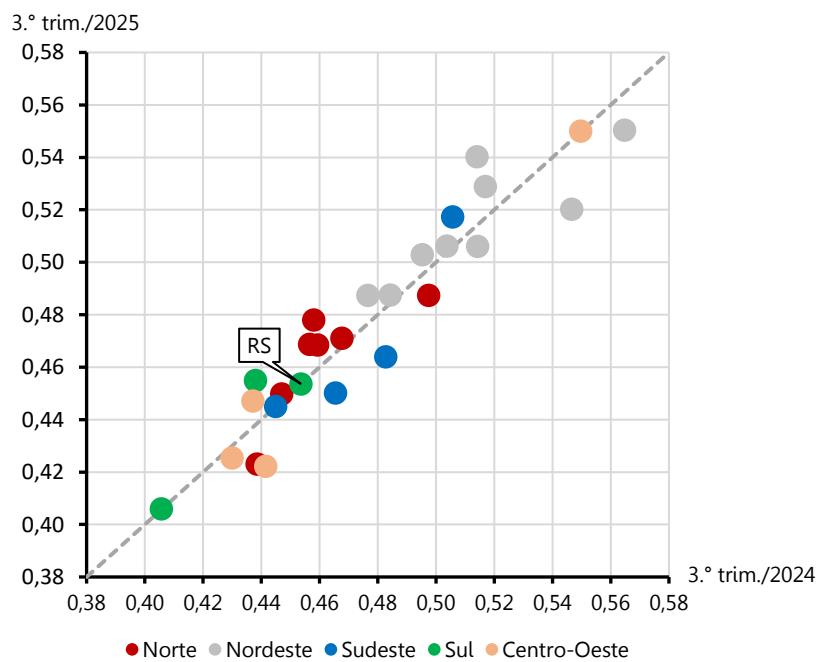
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

2. Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

A evolução da posição relativa do nível de desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS ante o de todas as UFs, no terceiro trimestre de 2024, em comparação ao de 2025, pode ser identificada por meio do **Gráfico 14**. Assim, o estado detinha, no terceiro trimestre de 2024, o nono menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual, uma vez que oito pontos se encontram à sua esquerda no gráfico de dispersão, os quais representam SC, PR, MG, os três estados da Região Centro-Oeste, RO e TO. No terceiro trimestre de 2025, o RS manteve o nono menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual, dado que oito pontos se situam abaixo de sua posição no gráfico, que correspondem a SC, ES, MG, GO, MT, MS, RO e TO.

Gráfico 14 - Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 3.º trim./2024 e 3.º trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

2. Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

Quanto ao comportamento da massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados, na comparação do terceiro trimestre de 2025 com o segundo trimestre do mesmo ano, esta permaneceu estável no RS (R\$ 22.160 milhões), assim como em SP e no país (**Tabela 6**); em SC e no PR, o indicador teve variações positivas de 3,1% e 7,4% respectivamente. Na comparação interanual, no terceiro trimestre de 2025, a massa de rendimento mensal real habitual evidenciou variações positivas no RS (5,6%), em SC (10,8%), no PR (13,2%) e no âmbito nacional (5,5%), enquanto, em SP, permaneceu estável. No RS e em SC, o crescimento interanual do indicador foi causado exclusivamente pelo aumento do rendimento médio mensal real habitual, uma vez que o contingente de ocupados de ambos os estados se manteve estável.

Tabela 6 - Massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	MONTANTE (R\$ milhões)									VARIAÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	3.º Trim./2022	3.º Trim./2023	3.º Trim./2024	2.º Trim./2025	3.º Trim./2025	3.º Trim./2025 2.º Trim./2025	3.º Trim./2025 3.º Trim./2024	
Brasil ...	291.153	275.149	272.327	299.204	313.663	336.039	353.215	354.564	0,4	(1) 5,5	
RS	18.651	17.887	17.778	19.540	19.747	20.980	21.889	22.160	1,2	(1) 5,6	
SC	13.065	12.964	13.088	14.563	15.056	16.742	17.992	18.549	(1) 3,1	(1) 10,8	
PR	19.379	18.386	17.561	19.531	20.028	22.196	23.411	25.135	(1) 7,4	(1) 13,2	
SP	91.475	87.506	82.690	88.492	92.674	99.109	102.016	100.838	-1,2	1,7	

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

Nota: 1. Massa de rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 3.º trim./2025.

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi apresentado nesta seção, o comportamento predominante dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS, no terceiro trimestre de 2025, na margem, foi de estabilidade. Tal comportamento foi semelhante aos de SC e de SP, mas, em parte, distinto dos desempenhos do PR e do país, que se mostraram mais favoráveis. Assim, a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação e a taxa de desocupação, no terceiro trimestre de 2025, em comparação ao trimestre anterior, mantiveram-se estáveis no RS, em SC e em SP, enquanto, no PR, o nível de ocupação se elevou, e, no país, houve queda da taxa de desocupação.

Como também foi mostrado, no terceiro trimestre de 2025, na referência comparativa interanual, a melhora de alguns indicadores do mercado de trabalho do RS esteve alinhada com a verificada em SC e no país: nos três recortes geográficos, ocorreram queda da taxa de desocupação e aumento do rendimento médio mensal real habitual dos ocupados, circunstância não replicada pelo PR — cuja taxa de desocupação ficou estável — e por SP — o rendimento médio mensal real habitual desse estado manteve-se estável.

Na referência comparativa interanual, no terceiro trimestre de 2025, o RS, assim como SC, SP e o país, apresentou reduções relevantes em seus contingentes de desocupados. Também no âmbito da desocupação, como foi mostrado, o RS, de forma distinta dos demais estados da Região Sul, de São Paulo e do país, evidenciou aumento da incidência da desocupação de longo prazo, e nesta, da parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a dois anos. No RS, esse indicador precisará ser monitorado com atenção nos próximos trimestres, para que seja possível avaliar se o seu comportamento representou uma inflexão em sua trajetória recente, que até então era de queda.

Diante do desempenho de todas as UFs, na comparação do terceiro trimestre de 2024 com o terceiro trimestre de 2025, as evidências apresentadas nesta seção foram no sentido de que o RS perdeu posições relativas quanto à taxa de participação na força de trabalho e ao nível de ocupação, por um lado. Por outro, na mesma referência comparativa, manteve inalteradas as suas posições relativas da taxa de informalidade, da taxa de desocupação e do coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados.

2 O MERCADO FORMAL DE TRABALHO

Nesta seção, a análise concentra-se no segmento formal do mercado de trabalho e tem como fonte primordial o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), base estatística produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a partir dos registros administrativos de admissões e desligamentos de empregados formais. Recorre-se, complementarmente, a outra base estatística do MTE, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a qual, anualmente, colige informações detalhadas sobre a totalidade dos vínculos formais de trabalho, seus ocupantes e os estabelecimentos empregadores. Diferentemente, o Novo Caged, mesmo que apresente estoques totais de trabalhadores em atividade, em algumas agregações territoriais e setoriais, limita-se às informações sobre os trabalhadores cujos vínculos de emprego foram iniciados ou encerrados no período de referência.

A análise concentra-se no desempenho do mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul, mas parte, na primeira subseção, de uma perspectiva comparada com as outras 26 unidades da Federação e com o agregado do Brasil, o que permite contextualizar os resultados observados no território gaúcho. Na segunda subseção, analisam-se os resultados do emprego no estado, segundo setores de atividade e divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). Na terceira subseção, contrastam-se as variações dos estoques de emprego nas regiões do Rio Grande do Sul, tomando-se para essa análise a divisão do estado em nove Regiões Funcionais (RFs) e em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

Na sequência, os saldos de emprego nos últimos 12 meses disponíveis são analisados segundo atributos pessoais dos indivíduos — sexo, idade e escolaridade —, buscando-se caracterizar como diferentes categorias ou segmentos sociais têm enfrentado maiores ou menores probabilidades de inserção e permanência nos vínculos legalizados de emprego.

2.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL, NO RS E NAS DEMAIS UFs

Nos 12 meses encerrados ao final de outubro último, o mercado formal de trabalho do Rio Grande do Sul gerou 60,8 mil empregos adicionais, elevando o estoque total a 2.912.001 vínculos de trabalho legalizados. Esse crescimento, em termos relativos, situou-se em 2,1%, percentual praticamente idêntico aos 2,2% verificados nos 12 meses imediatamente anteriores. Na escala nacional, a expansão relativa dos empregos formais foi mais intensa, atingindo 2,8%, resultado da criação de 1,35 milhão de vínculos adicionais entre outubro de 2024 e outubro de 2025, quando o estoque chegou a praticamente 49 milhões de empregos formais.

Quando se ordenam as 27 UFs conforme os percentuais de crescimento do emprego formal (**Tabela 7**), constata-se que, ao longo da série do Novo Caged, iniciada em 2020, o melhor resultado do Rio Grande do Sul — considerando-se, aqui, para cada ano, o mês de outubro — foi de 2020 para 2021, quando ficou em 23.º lugar. Já nos 12 meses seguintes, o RS recuou para a penúltima colocação. De 2022 para 2023, bem como no intervalo sucesivo, o mercado formal gaúcho foi o que menos cresceu em todo o país. Já nos 12 meses mais recentes disponíveis na série, passou à 25.ª posição. Com crescimento inferior ao do Rio Grande do Sul, posicionaram-se, nesse período mais recente, apenas duas UFs, ambas da Região Sudeste: Espírito Santo (1,7%) e Minas Gerais (1,8%).

**Tabela 7 - Estoque de vínculos formais de trabalho em out./2025 e variações do emprego formal
(out./2020-out./2025) no Brasil e nas unidades da Federação (UFs)**

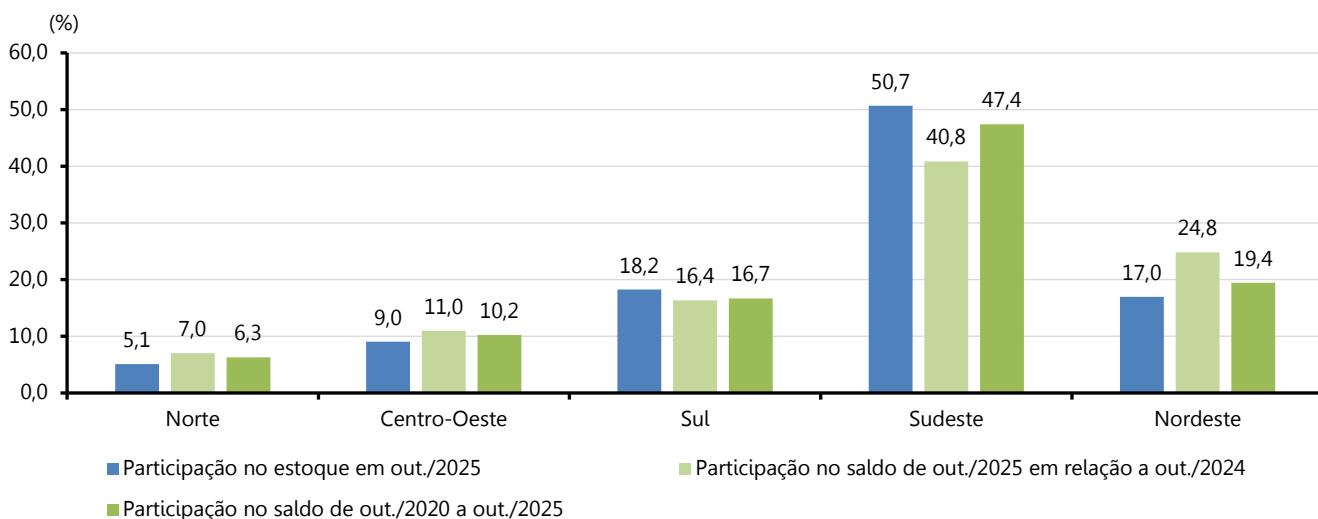
BRASIL E UFs	ESTOQUE EM OUT/2025	VARIAÇÃO %					
		2021 2020	2022 2021	2023 2022	2024 2023	2025 2024	2025 2020
Brasil	48.995.950	7,6	5,6	3,3	3,9	2,8	25,5
Rio Grande do Sul	2.912.001	6,9	4,4	1,7	2,2	2,1	18,6
São Paulo	14.818.912	6,9	5,2	3,0	3,5	2,4	22,7
Minas Gerais	5.069.655	8,3	4,8	3,0	3,3	1,8	23,0
Paraná	3.348.267	7,5	4,9	2,7	4,3	2,9	24,3
Santa Catarina	2.669.850	9,5	4,5	2,5	4,4	2,6	25,5
Rio de Janeiro	3.985.649	5,9	6,2	4,3	4,4	2,5	25,5
Sergipe	358.460	6,3	4,3	4,0	5,2	4,5	26,7
Espírito Santo	931.941	8,2	6,4	4,2	4,2	1,7	27,1
Rondônia	307.050	6,9	6,9	4,2	3,5	3,3	27,4
Mato Grosso do Sul	702.030	8,0	7,1	4,6	3,0	2,5	27,8
Pernambuco	1.589.013	8,2	5,4	3,5	4,5	4,2	28,5
Ceará	1.463.099	7,7	6,4	3,8	4,3	3,7	28,6
Distrito Federal	1.064.367	6,8	6,1	3,7	4,4	5,1	29,0
Maranhão	692.661	8,1	7,8	3,4	3,0	4,2	29,2
Pará	1.036.721	9,3	5,7	4,0	4,1	3,9	29,9
Goiás	1.651.761	9,4	7,0	3,8	3,7	3,2	30,0
Alagoas	482.590	8,5	6,4	4,1	5,6	3,0	30,7
Rio Grande do Norte	555.356	7,8	5,4	4,1	7,0	3,5	31,1
Bahia	2.242.081	8,4	7,8	3,5	4,2	4,3	31,4
Piauí	385.918	7,8	5,2	5,9	4,0	5,3	31,5
Mato Grosso	1.000.359	9,4	7,6	4,7	3,7	2,9	31,6
Tocantins	270.750	9,3	7,1	5,4	3,9	3,6	33,0
Paraíba	543.991	10,2	6,2	3,7	5,7	6,0	36,0
Amazonas	574.160	8,9	9,3	3,4	6,6	3,9	36,4
Acre	116.069	8,9	9,5	4,2	7,4	4,0	38,7
Roraima	85.837	10,9	12,6	6,4	7,5	4,3	49,0
Amapá	103.553	7,8	10,5	6,2	11,0	7,8	51,3
Não identificado	33.849	-	-	-	-	-	-

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Ao se considerar o arco dos cinco anos entre outubro de 2020 e outubro de 2025, o Brasil acumula 25,5% de aumento do emprego formal. Nesse cômputo, uma vez mais, o Rio Grande do Sul detém a mais baixa variação entre as 27 UFs (18,6%). Nos cinco anos, e na esmagadora maioria dos intervalos de 12 meses que o compõem, os maiores percentuais de crescimento ficaram com dois estados da Região Norte, cujos mercados formais têm dimensões muito diminutas: no Amapá, a expansão foi de 51,3% nesses cinco anos; em Roraima, foi de 49%. Em outubro de 2025, o estoque de vínculos formais da primeira dessas UFs limitava-se a 103,5 mil; na segunda, a 85,8 mil. Nos 12 meses mais recentes, à liderança do Amapá (7,8%) seguiram-se dois estados nordestinos, a Paraíba (6%) e o Piauí (5,3%), e o Distrito Federal (5,1%), na Região Centro-Oeste.

A diferença de cadências na evolução dos mercados formais de trabalho das grandes regiões brasileiras mostra-se persistente nessa série estatística ainda temporalmente restrita do Ministério do Trabalho (**Gráfico 15**). Tomando-se os cinco intervalos anualizados aqui definidos, o agregado da Região Norte apresentou o maior crescimento em quatro deles e foi o segundo maior no período 2024-25. O segundo lugar ficou com a Região Centro-Oeste nos três primeiros períodos, enquanto a Nordeste ocupou a segunda posição em 2023-24 e a primeira nos 12 meses mais recentes. Sul e Sudeste alternaram-se na última e na penúltima colocação ao longo de toda a série. Isso se expressa em uma diferença considerável quando se toma o arco de cinco anos: a expansão do emprego formal na Região Sul, a menor, situa-se em 22,7%, mais de 10 pontos percentuais (p.p.) abaixo do resultado da Região Norte, que lidera com 33,2%.

Gráfico 15 - Distribuição do estoque de empregos formais do Brasil (out./2025) e do saldo de empregos (out./2020-out./2025) nas grandes regiões do Brasil



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

O Gráfico 15 evidencia essa participação mais do que proporcional — ante os seus pesos na estrutura do emprego formal brasileiro — das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste na formação dos saldos de vínculos adicionais de trabalho em dois recortes de tempo. Esse fenômeno é bastante claro, quando se consideram os cinco anos acumulados entre outubro de 2020 e outubro de 2025, mas ainda mais nítido, para essas três regiões, no recorte dos últimos 12 meses disponíveis na série do Novo Caged, sugerindo que houve um aprofundamento da tendência nesse período mais recente. O reverso da medalha é uma participação acanhada, tendo-se por referência a sua representatividade na distribuição do emprego nacional, da Região Sul e, especialmente, da Sudeste nesse quinquênio em que o mercado formal brasileiro gerou cerca de 10 milhões de novos postos legalizados de trabalho. De qualquer modo, é importante que se tenha presente a dimensão relativamente menor dos mercados de trabalho das Regiões Centro-Oeste e, em particular, Norte na perspectiva nacional. A Região Nordeste, por sua vez, com um duradouro diferencial positivo de dinamismo na geração de empregos formais, já atinge uma participação muito próxima à da Região Sul (17% *versus* 18,2%, em outubro de 2025).

O desempenho do mercado formal de trabalho do Rio Grande do Sul, como foi assinalado, diferencia-se negativamente no contexto da Região Sul, que, por sua vez, também tende a perder participação na distribuição do emprego nacional. O acompanhamento das tendências na evolução dos estoques totais de vínculos formais — em base móvel de 12 meses — do estado e do país reforça a interpretação de que a melhora na posição relativa do mercado de trabalho gaúcho, que se detectou no último trimestre (Boletim [...], 2025), respondia a um efeito estatístico, associado aos eventos climáticos que devastaram o RS no segundo trimestre de 2024. O fechamento de postos no contexto daquele desastre — reconhecível, igualmente, no **Gráfico 16** — havia rebaixado drasticamente a base de comparação, quando se tomaram os dados anualizados para o RS no mesmo período de 2025. Com isso, em julho e junho de 2025, o Rio Grande do Sul atingiu percentuais superiores aos do Brasil de crescimento do estoque de vínculos formais em 12 meses, resultado inédito em toda a série, como se pode visualizar no Gráfico 16. Chegando-se aos três últimos meses disponíveis da série, o resultado do estado, progressivamente, voltou a perder expressão ante o nacional.

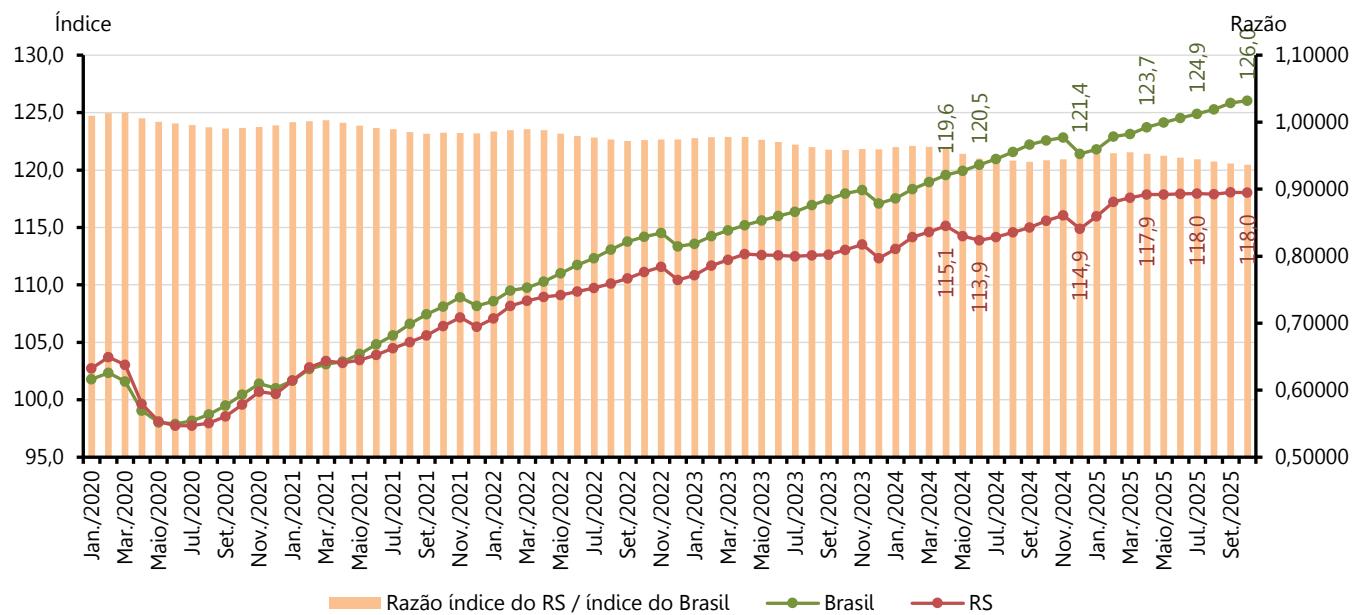
Gráfico 16 - Variação acumulada em 12 meses do número de vínculos formais de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./2021-out./2025



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Uma segunda forma de cercar essa comparação entre os desempenhos estadual e nacional na geração de empregos formais é apresentada no **Gráfico 17**, em que o estoque de postos de trabalho, em cada um dos dois recortes territoriais, é transformado em um número-índice, cuja base, desta vez fixa (equivalente a 100), é a média do total de empregados na média dos 12 meses de 2020. Como se percebe, o Rio Grande do Sul está longe de compartilhar o vigor que o mercado de trabalho nacional exibe. A razão entre o índice brasileiro e o gaúcho, representada nas barras do gráfico, prolonga sua tendência de declínio e se encontrava, em outubro último, no nível mais baixo de toda a série do Novo Caged.

Gráfico 17 - Índice do estoque de empregos formais no Brasil e no Rio Grande do Sul e razão entre eles — jan./2020-out./2025



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

2.2 O DESEMPENHO SETORIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO GAÚCHO

Nos últimos 12 meses captados na série do Novo Caged, o saldo de 60,8 mil empregos formais adicionais que se verificou no Rio Grande do Sul concentrou-se fortemente no setor serviços, que respondeu por 62,9% desse total, com a geração de 38,3 mil postos (**Tabela 8**). Essa participação é bem mais elevada do que aquela que o setor detém na estrutura do mercado formal gaúcho (43,1%, em outubro último), expressando um dinamismo positivamente diferenciado, na perspectiva do emprego, das atividades agrupadas no setor. De fato, o setor serviços registrou a mais significativa expansão percentual de seu estoque de vínculos (3,2%), seguido, com considerável distância, pela agropecuária (2%), que já apresentou percentual inferior ao do agregado dos setores do estado (2,1%). A variação menos expressiva (0,2%) ficou com a construção, que encarna modelarmente o efeito matemático, já mencionado, da comparação com a excepcional conjuntura de 12 meses atrás, quando o esforço de reconstrução no estado, após o evento climático extremo de abril e maio de 2024, demandava uma forte expansão de tais atividades.

O segundo menor crescimento percentual (1,2%) ocorreu na indústria, segundo setor mais relevante na estrutura setorial do emprego gaúcho. A indústria aportou 14,5% dos postos gerados no estado, nos últimos 12 meses, participação bem menos substantiva do que os 25,6% que detinha, em outubro último, do emprego total do RS.

Já o segundo maior saldo de vínculos formais de trabalho, após o de serviços, registrou-se no comércio, que acrescentou 11,4 mil empregos ao seu estoque entre outubro de 2024 e outubro último, em uma expansão de 1,7% — inferior ao total das atividades no estado.

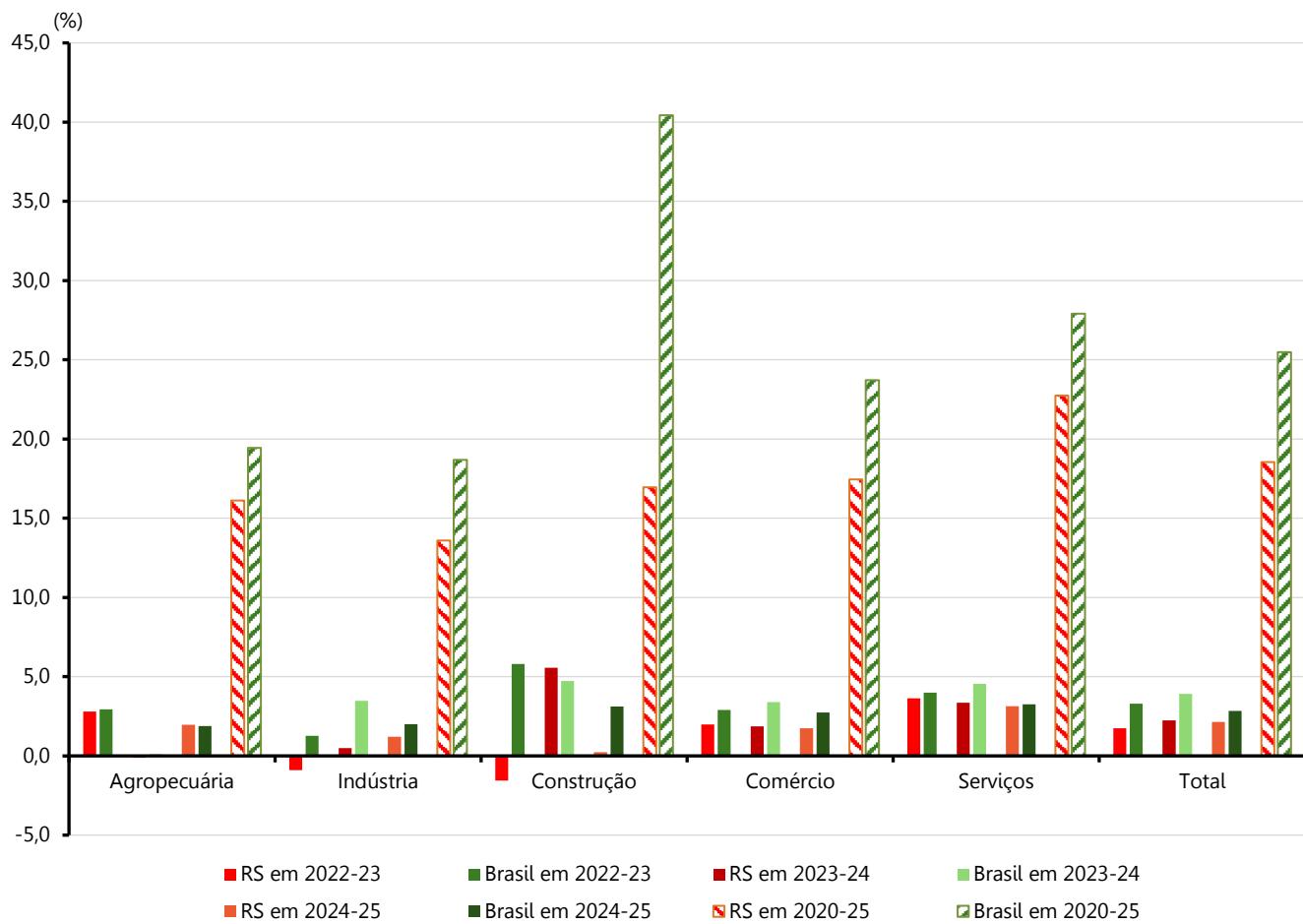
Tabela 8 - Estoques, variações e participação na formação do saldo do emprego formal, por grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — out./2024-out./2025

GRUPAMENTO	ESTOQUE		VARIAÇÕES OUT./2024-OUT./2025		
	Out./2025	Participação %	Crescimento Relativo (%)	Saldo	Participação % no Saldo
Agropecuária	101.082	3,5	2,0	1.940	3,2
Indústria	745.321	25,6	1,2	8.849	14,5
Construção	142.853	4,9	0,2	341	0,6
Comércio	667.976	22,9	1,7	11.443	18,8
Serviços	1.254.768	43,1	3,1	38.249	62,9
TOTAL	2.912.000	100,0	2,1	60.822	100,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

A diferença anteriormente apontada nos ritmos de expansão do Rio Grande do Sul e do agregado do Brasil replicou-se em quatro dos cinco grandes grupamentos setoriais — quer no período out./2024-out./2025, quer no acumulado de cinco anos a contar de outubro de 2020. A exceção o foi por 0,1 ponto percentual, diferença que a agropecuária gaúcha obteve sobre a nacional nos últimos 12 meses (2% *versus* 1,9% de crescimento do emprego formal respectivamente). Recuando-se para os outros intervalos anualizados, foram raras as ocorrências de variações superiores no mercado formal gaúcho ante o nacional — caso, por exemplo, da construção, no período out./2023-out./2024, pelos motivos já aludidos. No acumulado de cinco anos, as diferenças a menor dos resultados estaduais apareceram para os cinco setores e são bastante expressivas (**Gráfico 18**).

Gráfico 18 - Variações do emprego formal total e nos grandes grupamentos setoriais do Rio Grande do Sul e do Brasil — out./2020-out./2025

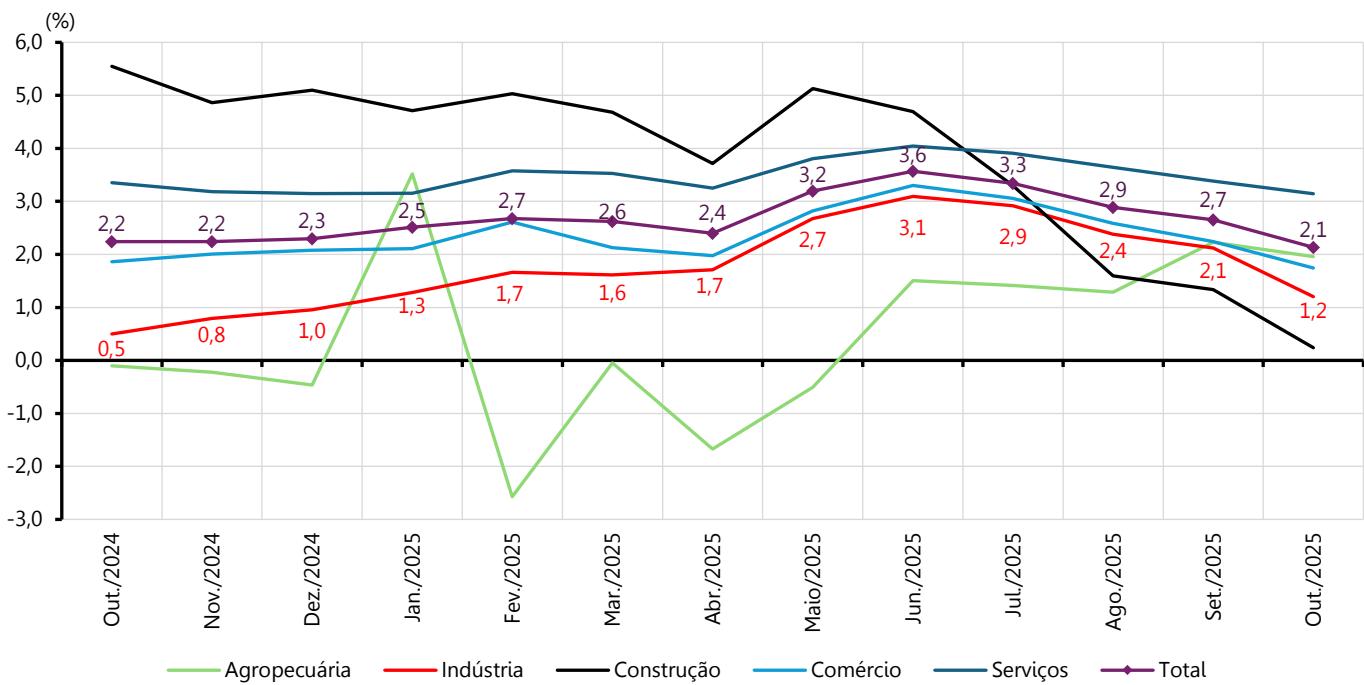


Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Observando-se, agora, a evolução da série de dados mensais anualizados, que contornam os efeitos da sazonalidade, o comportamento do emprego formal em quatro dos cinco grandes grupamentos setoriais apresentou desaceleração nos últimos quatro meses aproximadamente (Gráfico 19). A agropecuária, como é próprio das atividades que a compõem, mostrou oscilações mais bruscas e com sinais alternados. Os demais grupamentos também sofreram a influência — tanto nos resultados de 2024, referidos a 2023, quanto nos do corrente ano, cotejado com o anterior — da traumática incidência do desastre natural de meados do ano passado. As variações anualizadas refletiram, primeiramente, o impacto destrutivo do evento climático sobre os postos de trabalho; em seguida, a excepcionalidade do processo de reconstrução, com seus efeitos não apenas matemáticos, mas, em muitos casos, efetivamente dinamizadores da atividade econômica implicada na reconstrução; por fim, o retorno a um nível de variação mais próximo da “regularidade” do tecido produtivo gaúcho, na ausência de choques da magnitude do ocorrido (Gráfico 19).

Os três grandes grupamentos com maiores estoques de trabalhadores formais mantiveram um ordenamento constante de suas variações anualizadas nesse período: o setor serviços liderou; o comércio, a seguir, conservou uma distância significativa, para menos, na intensidade de seu crescimento; e a indústria, por fim, partiu de um patamar bem mais baixo do que o comércio e próximo a zero, no final de 2024, mas os dois setores convergiram, com a desaceleração do comércio entre fevereiro e abril de 2025, de um lado, e uma paulatina, mas sustentada, revigoração da indústria, até junho de 2025. Os resultados desses dois setores descreveram, então, trajetórias muito semelhantes e próximas até setembro último. Em outubro, a indústria registrou uma redução de seu crescimento, relativamente ao resultado anualizado imediatamente anterior, mas acentuada do que os outros dois grupamentos considerados neste momento.

Gráfico 19 - Variações anualizadas do estoque de empregos formais, por grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — out./2024-out./2025 em relação a out./2023-out./2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Uma breve avaliação dos resultados do emprego formal nos últimos 12 meses disponíveis, a partir da desagregação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) em divisões, permite identificar, com mais precisão, os focos de maior vigor na geração de vínculos de trabalho no Rio Grande do Sul, bem como aqueles em que ocorreram perdas, tanto em números absolutos quanto do ponto de vista da variação relativa (Tabela 9). Os maiores volumes de emprego adicionados entre outubro de 2024 e outubro deste ano verificaram-se no comércio varejista (8,8 mil), na fabricação de produtos alimentícios (7,1 mil), em serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas (6,5 mil), em atividades de atenção à saúde humana (5,7 mil) e em publicidade e pesquisa de mercado (3,8 mil). As retrações, por outro lado, atingiram sobretudo atividades industriais, a começar pela preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (- 4 mil). A seguir, fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias eliminou o segundo maior volume de vínculos formais (- 2,5 mil). Seguiram-se obras de infraestrutura (- 1,2 mil) e fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (- 490).

Quando o ordenamento se dá pela variação relativa dos estoques de empregados¹¹, a maior retração verifica-se em atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental, cujo contingente, muito pouco expressivo quantitativamente, expandiu-se 65,6%. No segundo lugar, a já citada divisão publicidade e pesquisa de mercado (39,1%). A divisão agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas, em terceiro lugar, elevou em 24,2% seu total de empregados. Seguiram-se outras divisões com contingentes de, no máximo, 6,4 mil trabalhadores, até reencontrar-se, desta vez na oitava posição, a divisão serviços de escritório (...), que se identificou, acima, com o terceiro maior saldo de empregos adicionais.

Quanto às retrações relativas dignas de destaque, a mais significativa foi a da fabricação de outros equipamentos de transporte (...), com -17,4% — divisão com pequeno estoque de empregados, que, no RS, se resume praticamente à construção de embarcações, com plantas no sul do estado. A segunda perda mais intensa, percentualmente, limitou-se a - 5,7%, na divisão correio e outras atividades de entrega. Em terceiro lugar, neste quesito, tem-se a fabricação de veículos automotores (...), em que a eliminação de 2,5 mil postos, acima referida (o segundo maior volume de empregos perdidos), representou uma contração de 5,2% na força de trabalho da divisão.

¹¹ Nesse tratamento, desconsideraram-se as divisões da CNAE 2.0 que não computassem ao menos 1 mil empregados formais em outubro de 2025.

Tabela 9 - Estoques, variações e saldos do emprego formal, segundo divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — out./2024-out./2025

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE		EM 12 MESES	
	Out./2024	Out./2025	Saldo	Variação %
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	689	1.141	452	65,6
Publicidade e pesquisa de mercado	9.827	13.670	3.843	39,1
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	3.427	4.257	830	24,2
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	957	1.184	227	23,7
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1.966	2.297	331	16,8
Fabricação de produtos do fumo	5.485	6.365	880	16,0
Atividades veterinárias	1.863	2.034	171	9,2
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	73.386	79.896	6.510	8,9
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.577	2.792	215	8,3
Serviços de arquitetura e engenharia	14.795	15.964	1.169	7,9
Alojamento	16.995	18.282	1.287	7,6
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	25.512	27.379	1.867	7,3
Atividades de organizações associativas	40.118	42.943	2.825	7,0
Fabricação de produtos alimentícios	149.343	156.488	7.145	4,8
Fabricação de máquinas e equipamentos	71.751	74.974	3.223	4,5
Atividades de atenção à saúde humana	183.774	189.456	5.682	3,1
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	79.209	81.297	2.088	2,6
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	91.222	93.255	2.033	2,2
Comércio varejista	465.686	474.480	8.794	1,9
Transporte terrestre	130.967	133.309	2.342	1,8
Alimentação	89.661	91.061	1.400	1,6
Educação	121.834	122.940	1.106	0,9
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	122.055	122.877	822	0,7
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	18.370	18.091	-279	-1,5
Atividades de prestação de serviços de informação	10.528	10.262	-266	-2,5
Fabricação de produtos de madeira	16.029	15.585	-444	-2,8
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão	1.281	1.236	-45	-3,5
Atividades de rádio e de televisão	5.926	5.712	-214	-3,6
Obras de infraestrutura	30.388	29.145	-1.243	-4,1
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	97.328	93.294	-4.034	-4,1
Edição e edição integrada à impressão	3.975	3.802	-173	-4,4
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	48.117	45.617	-2.500	-5,2
Correio e outras atividades de entrega	8.361	7.885	-476	-5,7
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2.811	2.321	-490	-17,4
Total do RS	2.851.179	2.912.001	60.822	2,1

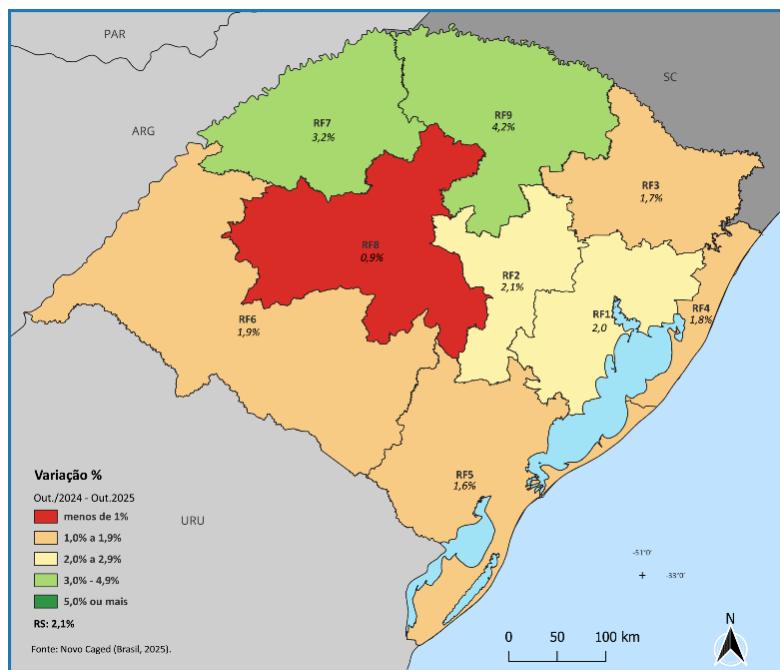
Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Nota: Selecionadas as divisões da CNAE 2.0 com as variações e/ou os saldos mais elevados e menos elevados. Foram desconsideradas as divisões com menos de 1.000 vínculos formais em outubro de 2025.

2.3 A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO CRESCIMENTO DO EMPREGO GAÚCHO

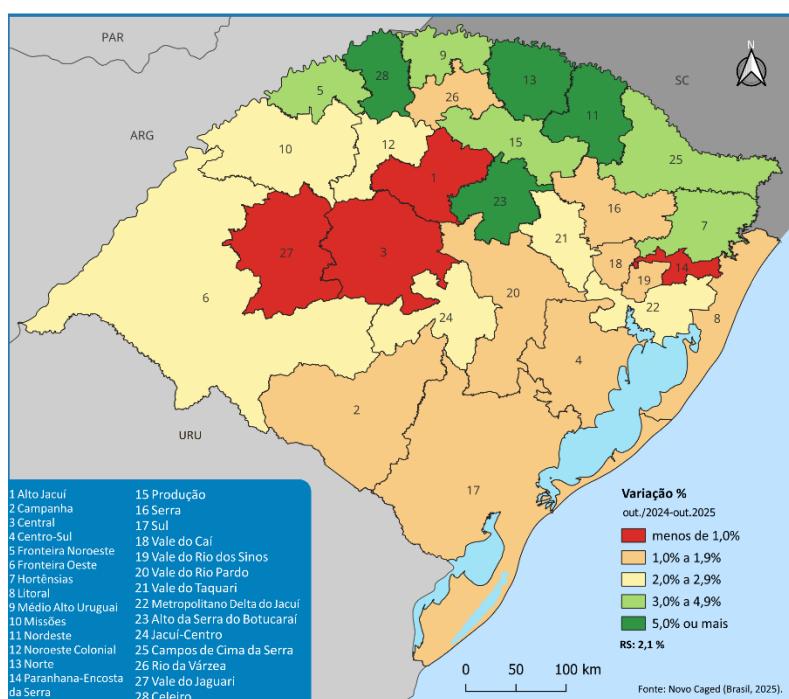
Entre outubro de 2024 e outubro último, o emprego formal apresentou crescimento nas nove Regiões Funcionais em que o Rio Grande do Sul se subdivide para fins de planejamento, mas a intensidade dessa expansão foi bastante heterogênea, distribuindo-se entre um mínimo de 0,9% na Região Funcional 8 e um máximo de 4,2% na Região Funcional 9 (Figura 1). Outras cinco Regiões Funcionais, além da 8, apresentaram variações inferiores à do agregado do estado, quatro delas com resultados entre 1% e 1,9%. A RF 1, que abriga a capital e boa parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, ficou 0,1 p.p. abaixo do percentual estadual, com 2%. A RF 2, por fim, igualou o desempenho do agregado gaúcho. Com isso, apenas duas regiões conseguiram superar o crescimento relativamente moderado do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul: além da RF 9, já mencionada, a RF 7, contígua, confirmando essa porção do norte do estado como um eixo de especial dinamismo (Figura 1).

Figura 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — out./2024-out./2025



A regionalização em 28 Coredes é compatível com a das RFs — as quais se constituem em agregações de tais Conselhos, que preexistiam a elas — e permite afinar a percepção sobre as dinâmicas territoriais do emprego gaúcho nos últimos 12 meses (Figura 2). Dos seis Coredes que compõem a RF 9, aquela de variação mais expressiva, três tiveram crescimentos superiores a 5%, com destaque para o Nordeste, que foi o líder de todo o estado, com 8,4% de expansão do emprego formal. Apenas na RF7, que obteve o segundo melhor desempenho entre as RFs, encontra-se outro Conselho com percentual superior a 5% de elevação do estoque de vínculos formais (o Corede Celeiro, com 6%). Ainda assim, a heterogeneidade mostra-se no nível interno a essas Regiões. Na RF 9, por exemplo, o Corede Rio da Várzea teve o aumento do emprego limitado a 1,3%.

Figura 2 - Variação do emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul — out./2024-out./2025

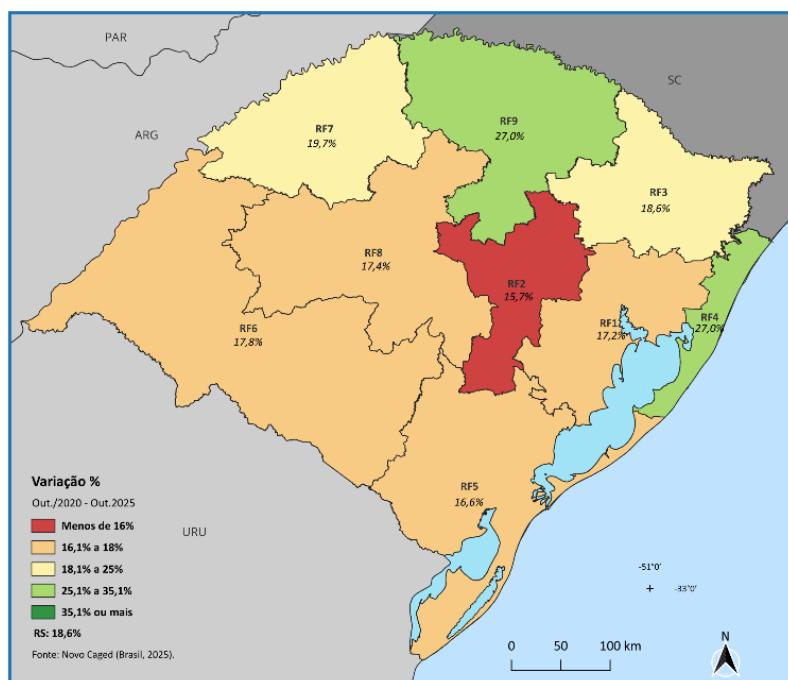


Já na região com a mais modesta elevação percentual do estoque de vínculos formais, a RF 8, três dos quatro Conselhos posicionaram-se no estrato mais baixo de variações, isto é, abaixo de 1%. Apenas o Corede Jacuí-Centro obteve um resultado mais significativo, um pouco superior ao do agregado do RS (2,3%).

Também manifestaram maior dispersão dos seus resultados internamente, entre os Coredes que as compõem, a RF 7, em que quatro Conselhos se distribuíram em três estratos de variação (os mais elevados), e a RF 1, em que os resultados dos cinco Coredes atingiram entre 0,6%, no Corede Paranhana-Encosta da Serra, e 2,5%, no Metropolitano Delta do Jacuí.

A distribuição territorial do crescimento do emprego é distinta, mas guarda semelhanças, quando se amplia o intervalo temporal para o arco dos cinco anos — tomados sempre os meses de outubro — cobertos pela série do Novo Caged (**Figura 3**). A RF 9 ocupa, também aqui, a liderança, desta vez acompanhada pela RF 4, o Litoral, ambas com 27% de aumento no seu contingente formalmente empregado. A mais pálida variação nesse caso foi da RF 2, os Vales do Rio Pardo e Taquari, cuja expansão limitou-se a 15,7%. A RF 8, que apresentou o pior resultado nos últimos 12 meses, posiciona-se, quando se trata dos 60 meses, no penúltimo estrato. Nesse mesmo patamar, repetem-se, nos dois intervalos de tempo, as RFs 5 e 6.

Figura 3 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — out./2020-out./2025



2.4 OS POSTOS DE TRABALHO ADICIONAIS E O PERFIL DOS TRABALHADORES QUE OS OCUPAM

Em linha de continuidade com o que vem sendo constatado a cada novo número deste boletim, há diversos trimestres, os empregos formais adicionais gerados no Rio Grande do Sul ao longo dos últimos 12 meses da série do Novo Caged foram majoritariamente ocupados por trabalhadoras mulheres, que ficaram com 37,8 mil vínculos, quase dois terços (62,2%) do total (**Tabela 10**). Essa predominância feminina contrasta com a participação que as mulheres detinham no total de trabalhadores formais em atividade em 31/12/2023, última informação da Relação Anual de Informações Sociais¹²: naquele momento, havia ainda uma maior participação masculina (52,6%).

¹² Uma versão parcial da RAIS referente a 2024 encontra-se publicada no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego. Uma das lacunas que ainda tem é a virtual ausência das informações referentes à Administração Pública, setor que se diferencia pela elevada participação feminina (quase dois terços do total em 2023). Por essa razão, optou-se por recorrer à última RAIS completa.

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de out./2024-out./2025 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2023, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS (31/12/2023)
	Saldo em Out./2024-Out./2025	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
Sexo (total)	60.822	100,0	100,0
Homens	23.016	37,8	52,6
Mulheres	37.806	62,2	47,4
Faixa etária (total)	60.822	100,0	(1) 99,8
Menos de 18 anos	30.504	50,2	1,3
De 18 a 24 anos	45.620	75,0	13,4
De 25 a 29 anos	2.977	4,9	13,0
De 30 a 39 anos	-2.673	-4,4	26,5
De 40 a 49 anos	430	0,7	24,4
De 50 a 64 anos	-10.946	-18,0	18,8
65 ou mais	-5.090	-8,4	2,2
Escolaridade (total)	60.822	100,0	100,0
Analfabeto	454	0,7	0,2
Fundamental incompleto	3.697	6,1	9,2
Fundamental completo	57	0,1	8,3
Médio incompleto	15.709	25,8	7,5
Médio completo	41.005	67,4	47,0
Superior incompleto	1.321	2,2	6,3
Superior completo	-1.421	-2,3	21,5

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

RAIS (Brasil, 2024).

(1) Não resulta em 100% devido a registros com idade não identificada.

A aproximação à seletividade do mercado de trabalho segundo o critério de idade, ao partir do cômputo de admissões e desligamentos, de cuja diferença se extraem os saldos do Novo Caged, tem limitações metodológicas. Essa base estatística não permite quantificar, em cada ponto do tempo, quantos trabalhadores estão em atividade, segundo os atributos pessoais desses indivíduos. Como a idade é uma característica em constante mutação, os trabalhadores cujos vínculos não são descontinuados trocam de faixas etárias, o que não é captado nos saldos calculados por faixa etária. Ainda que se perca a sintonia fina dos vieses de seleção, certos resultados atingem tal monta que não há como desconsiderá-los analiticamente. Esse certamente é o caso da sobrerepresentação dos trabalhadores muito jovens na produção do saldo de empregos do estado. Em linha com o que vem sendo detectado em toda a série do Novo Caged, o saldo de admissões e desligamentos dos menores de idade (30,5 mil), somado ao dos trabalhadores de 18 a 24 anos (45,6 mil), supera largamente o número total de novos empregos gerados no Rio Grande do Sul, nos últimos 12 meses da série. A diferença entre os 76,1 mil empregos adicionais carreados por esses jovens — os quais, na RAIS de 2023, não chegavam a 15% do total de empregados formais em atividade —, de um lado, e os 60,8 mil que foram o saldo total do estado, de outro, é “compensada” pela retração de faixas de idades superiores. No intervalo de 25 a 29 anos, o saldo foi positivo, cerca de 3 mil postos, mas sua participação no total de empregos adicionais do período em análise restringiu-se a 4,9%, muito inferior aos 13% que essa faixa detinha na RAIS de 2023. A faixa de 30 a 39 anos — que detinha a maior participação (26,5%) na estrutura etária do total de empregados da RAIS de 2023 — teve redução de 2,7 mil vínculos no cômputo entre admitidos e desligados. Seguindo-se na progressão das idades, a faixa de 40 a 49 anos ficou praticamente estável, com 430 empregos adicionais (0,7% do total gerado no estado, para um grupo que representava 24,4% dos trabalhadores formais em atividade em 2023). As duas coortes com idades superiores registraram retrações expressivas: - 10,9 mil postos, para os indivíduos de 50 a 64 anos, e - 5,1 mil para os de 65 anos ou mais¹³.

¹³ Registre-se, como outra advertência metodológica, que esses saldos aqui utilizados, ao partirem do total de admissões, de um lado, e do total de desligamentos, de outro, carregam, nesse polo “negativo” das rupturas de vínculos de trabalho, não apenas as demissões, mas também aposentadorias e óbitos, que tendem a incidir com maior frequência nas faixas superiores de idade.

Por fim, de modo menos intenso, mas análogo ao que se verificou com relação ao atributo idade, na distribuição dos saldos de emprego conforme a escolaridade dos trabalhadores, uma forte concentração ocorreu na soma de indivíduos com ensino médio completo e ensino médio incompleto, que responderam por 93,2% do total de vínculos formais adicionais no estado, entre outubro do ano passado e o mesmo mês deste ano. Na estrutura da RAIS de 2023, o maior segmento era o dos empregados com ensino médio completo (47%), enquanto aqueles com esse nível incompleto limitavam-se a 7,5%. Totalizavam-se, assim, 54,6%, quase 40 pontos percentuais a menos do que essa faixa ampliada conquistou dos novos postos gerados nos últimos 12 meses. Com exceção dos analfabetos, categoria residual, todos os demais estratos de escolaridade foram sub-representados na formação do saldo de outubro de 2024 a outubro de 2025. Os dois destaques, nesse sentido, emitem sinais potencialmente contraditórios: de um lado, a escolaridade fundamental completo, que abarcava 8,3% dos empregados em atividade ao final de 2023, representou apenas 0,1% do saldo dos últimos 12 meses, o que poderia significar uma elevação dos requisitos técnicos e das competências demandadas pelo sistema produtivo gaúcho. De outro, o contingente de trabalhadores com nível superior completo, que tenderia a encarnar habilidades técnicas e cognitivas mais sofisticadas, e que detinha a segunda maior participação na RAIS de 2023 (21,5% dos empregados formais em atividade), foi a única categoria que sofreu mais desligamentos que admissões, reduzindo-se em 1,4 mil postos.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado formal de trabalho, no Brasil e no Rio Grande do Sul, sustentou, nos últimos 12 meses, a trajetória de crescimento continuado que vem caracterizando a série do Novo Caged desde 2021, na saída do choque provocado pela pandemia de COVID-19. Assinala-se, por outro lado, a redução da intensidade da expansão do emprego formal na escala nacional, com o resultado anualizado recuando de 3,9% no intervalo out./2023-out./2024 para 2,8% nos últimos 12 meses disponíveis. O Rio Grande do Sul, por sua vez, manteve praticamente o mesmo desempenho agregado (com as variações oscilando de 2,2% para 2,1% nos mesmos períodos), prolongando, por outro lado, seu diferencial negativo ante os resultados do conjunto do Brasil e da maioria das UFs. Entre outubro de 2024 e o mesmo mês deste ano, o RS ocupou a 25.^a posição no ordenamento dos crescimentos relativos do emprego formal das 27 UFs e é o último colocado no acumulado de cinco anos.

No território gaúcho, o desempenho dos mercados regionais foi bastante heterogêneo. Tomadas as nove Regiões Funcionais do estado, as variações do emprego distribuíram-se entre o mínimo de 0,9% na Região Funcional 8 — no centro do estado, abarcando Santa Maria, Cruz Alta e Cachoeira do Sul, entre os principais municípios — e o máximo de 4,2% na Região Funcional 9 — no norte, nucleada por Erechim e Passo Fundo, em especial. Quando a regionalização é mais desagregada, caso dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento, a dispersão dos resultados é ainda maior, partindo de 0,6% de crescimento e chegando a 8,4%.

Os três grandes setores empregadores do estado — serviços, comércio e indústria —, ademais, apresentaram desaceleração na geração de empregos, nos últimos quatro resultados anualizados, que abrangem de julho a outubro, sempre referidos aos mesmos meses de 2024. Nesse caso, todas as evidências são de um efeito estatístico que havia elevado as variações anualizadas do período imediatamente anterior, cuja base de comparação colhia em cheio o choque representado pelo evento climático extremo que atingiu o Rio Grande do Sul no ano passado.

Os 60,8 mil empregos gerados no mercado formal gaúcho nos últimos 12 meses disponíveis da série do Novo Caged foram tipicamente femininos, juvenis, de nível médio de escolaridade e concentrados nas atividades de serviços. A indústria prolongou sua condição de setor cujo contingente formalizado menos cresce, superando apenas, eventualmente, os dois menores grupamentos setoriais, do ponto de vista do emprego formal, construção e agropecuária — que tiveram trajetórias mais oscilantes.

Box

DESOCUPAÇÃO DE LONGO PRAZO POR CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS NO RIO GRANDE DO SUL, NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2025

De acordo com as evidências apresentadas na seção 1 deste boletim, a incidência da desocupação de longo prazo (IDLP) no Rio Grande do Sul apresentou uma elevação acentuada, de 22,3% no terceiro trimestre de 2024 para 29,2% no terceiro trimestre de 2025. O objetivo deste *box* é o de examinar a desocupação de longo prazo no estado, por características sociodemográficas da força de trabalho, no terceiro trimestre de 2025, procurando identificar a ocorrência de diferenças de comportamento nos seus contingentes e mudanças em sua composição.

Iniciando pelo recorte por sexo da força de trabalho, constata-se, na comparação do terceiro trimestre de 2025 com o de 2024, que ocorreu um forte aumento do contingente de desocupados de longo prazo no segmento feminino no RS (27,3%), concomitantemente a uma retração no segmento masculino (-26,5%) — Tabela A. Como decorrência, a parcela relativa de mulheres desocupadas de longo prazo elevou-se de 57,1% para 69,8%, tornando-se amplamente majoritária na força de trabalho estadual nessa condição.

Quanto ao recorte por idade da força de trabalho do RS, o contingente de adultos desocupados de longo prazo, no terceiro trimestre de 2025, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, registrou um intenso aumento (38,2%), contra uma retração no segmento de jovens (-23,8%). Assim, os adultos ampliaram a sua parcela relativa na desocupação de longo prazo de 43,7% no segundo trimestre de 2024 para 58,5% no de 2025.

No que se refere ao recorte por cor ou raça da força de trabalho, entre os brancos, ocorreu aumento de 14,9% do contingente de desocupados de longo prazo no estado, no terceiro trimestre de 2025, em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto, entre os negros, houve retração de 19%. Com isso, a parcela relativa de brancos desocupados de longo prazo elevou-se de 71,8% para 78,3%.

O exame da desocupação de longo prazo por níveis de educação no RS envolveu a agregação da força de trabalho da seguinte forma: baixo nível educacional (pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo, com fundamental incompleto e com fundamental completo); médio nível educacional (pessoas com médio incompleto e com médio completo); e alto nível educacional (pessoas com superior incompleto e com superior completo). Conforme se pode constatar na **Tabela A**, ao se cotejar o terceiro trimestre de 2025 com o mesmo trimestre de 2024, o maior destaque foi o crescimento do contingente de desocupados de longo prazo com alto nível de educação (126,8%). Em sentido antagônico, houve retrações dos contingentes de desocupados de longo prazo com baixo (- 21,2%) e médio (- 19,2%) nível de educação. Tendo por referências esses comportamentos, o nível de educação alto elevou a sua parcela relativa no contingente de desocupados de longo prazo de 16,5% no terceiro trimestre de 2024 para 36,1% no de 2025, tornando-se a maior entre os diferentes níveis de educação.

De forma sumária, neste *box*, apresentaram-se diferenças relevantes de comportamento na desocupação de longo prazo no RS, no âmbito das características sociodemográficas da força de trabalho no terceiro trimestre de 2025. Como foi mostrado, nesse trimestre, na referência comparativa interanual, a desocupação de longo prazo aumentou entre as mulheres, os adultos, os brancos e entre as pessoas com alto nível de educação. No que diz respeito ao último recorte, essa evidência talvez esteja apreendendo uma inserção social menos frágil das pessoas com alto nível de educação no mercado de trabalho, o que lhes faz estender o tempo de procura por trabalho, por um lado, e, por outro, enfrentar uma escassez relativa de oportunidades ocupacionais condizentes com a sua formação.

**Tabela A - Desocupados de longo prazo, por características sociodemográficas,
no Rio Grande do Sul — 3.º trim./2024 e 3.º trim./2025**

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE		Δ%	DISTRIBUIÇÃO %	
	3.º Trim./2024	3.º Trim./2025		3.º Trim./2024	3.º Trim./2025
Sexo					
Homens	29.809	21.907	-26,5	42,9	30,2
Mulheres	39.706	50.551	27,3	57,1	69,8
Idade					
Jovens (1)	35.732	27.225	-23,8	56,3	41,5
Adultos (2)	27.729	38.335	38,2	43,7	58,5
Cor ou raça					
Brancos	49.400	56.742	14,9	71,8	78,3
Negros (3)	19.410	15.716	-19,0	28,2	21,7
Níveis de instrução (4)					
Baixo	26.051	20.532	-21,2	37,5	28,3
Médio	31.947	25.810	-19,2	46,0	35,6
Alto	11.517	26.116	126,8	16,5	36,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. Desocupados de longo prazo abrangem pessoas com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano.

(1) Pessoas de 14 a 20 anos. (2) Pessoas de 30 a 59 anos. (3) Abrangem pessoas pretas ou pardas. (4) Os níveis baixo, médio e alto encontram-se descritos no texto do box.

REFERÊNCIAS

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 7, n. 3, 2025. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADcIBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADcIBGE/index.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2024. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 04 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas mensais do emprego formal** — Novo Caged: outubro 2025. Brasília, DF: MTE, 2025. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em 30 nov. 2025

HOFFMANN, H.; BOTASSIO, D.; JESUS, J. **Distribuição de renda** — medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. São Paulo: Edusp, 2019.

IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2025. Acesso em: 14 nov. 2025.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020

LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 01 fev. 2024.

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

PESSOA, D.; DAMICO, A.; JACOB, G. **Package convey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/convey/index.html>. Acesso em: 16 out. 2024.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL